MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção da Instrução Agrícola

Decreto n.º 5:627

Ao Ministério da Agricultura impõe-se, na hora presente, a necessidade de promover a intensificação da produção agrícola nacional, consideravelmente diminuída em consequência das novas condições sociais criadas pela recente guerra. Um dos meios de o conseguir é certamente a difusão da instrução agrícola. Nesse propósito foi já reorganizado o ensino superior da agricultura, ministrado no Instituto Superior de Agronomia e na Escola Superior de Medicina Veterinária, estabelecimentos há pouco remodelados pelos decretos n.ºs 4:685 e 4:686, de 13 de Julho de 1918.

Importa agora atender à reorganização do ensino agrícola médio e elementar, como indispensável complemento do ensino superior. A necessidade dessa remodelação foi já prevista nos artigos 57.º a 59.º do decreto n.º 4:249, de 8 de Maio de 1918.

Se é certo que o progresso da agricultura pátria exige a cada passo a intervenção dos engenheiros agrónomos para a solução daqueles problemas agrários em que interfere a sciência agronómica, tam complexa na variedade dos seus aspectos e applicações de toda a ordem, não menos certo é também que a execução cotidiana dos processos culturais e tecnológicos mais adequados a cada região, para que a terra possa produzir mais e melhor, exigem a presença de outros agentes técnicos auxiliares do engenheiro agrónomo, aos quais seja confiada a direcção imediata do trabalho que numa propriedade agrícola de grande ou média extensão deve ser feito para atingir tal fim.

Esses outros agentes auxiliares, que devem ser em cada país mais numerosos do que os engenheiros agrónomos, constituem hoje objecto de cuidadosa preparação técnica em escolas especiais, onde, após uma sólida instrução geral, recebem o ensino técnico agrícola, de carácter teórico e prático, suficiente para ficarem aptos a desempenhar aquelas funções, qualquer que seja a região em que hajam de as exercer.

Tais escolas têm na França a denominação de *Écoles Nationales d'Agriculture*, das quais existem três; e em Espanha, onde há igual número, receberam oficialmente o nome de *Escuelas de Peritos Agrícolas*.

Em Portugal desde longe que se reconheceu a necessidade destas escolas, sendo por isso criado, em 1852, o ensino agrícola médio, que veio a ter como primeiro teatro da sua acção a *Granja do Marquês* ou *Quinta Regional de Sintra*, onde se formaram teórica e praticamente os primeiros *Regentes Agrícolas*. Este título official, correspondente à expressão francesa *Régisseur Agricole*, tem sido sempre acolhido com geral desagrado pelos diplomados do ensino médio, porque tal denominação não traduz bem o grau de ensino recebido e a missão social que esses técnicos são chamados a cumprir na lavoura portuguesa. De facto, a palavra *Régisseur* corresponde correntemente, entre nós, o vocabulo *Abeção* que, como é sabido, em certas regiões agrícolas do país é sinónimo de *Feitor*. Por isso, mais tarde, os diplomados no ensino médio professado na Escola Nacional de Agricultura, em Coimbra, passaram a ter o título de *Agricultores*, termo pouco feliz, visto que a palavra *Agricultor* se pode até applicar a um analfabeto, desde que este se ocupe da cultura da terra.

A França, remodelando o seu ensino agrícola médio, deu aos respectivos diplomados o título de *Ingénieur agricole*, como aos diplomados do ensino superior de agricultura concedeu, em 1892, o nome de *Ingénieur agronome*. Em Portugal os poderes públicos já deram

aos alunos saídos do Instituto Superior de Agronomia o título de *Engenheiros agrónomos* ou de *Engenheiros silvicultores* e últimamente, equiparando o Instituto às faculdades universitárias, permitiram o doutoramento dos diplomados dessa escola, antes mesmo da reorganização por que hoje ela se rege.

É lógico, pois, que, à semelhança do que fez a França, Portugal agora, reformando o ensino médio agrícola e ampliando a preparação geral e técnica dos diplomados nesse ensino, lhes dê o título de *Engenheiros Agrícolas*, satisfazendo assim uma antiga aspiração da prestimosa e numerosa classe dos regentes agrícolas.

A nova denominação proposta corresponde, melhor que qualquer outra, à preparação científica, teórica e prática, que os alunos, pela presente organização, passam a receber nos estabelecimentos de ensino agrícola médio, sem que, tanto em Portugal como em França, a palavra «engenheiro», comum a agrónomos e a regentes agrícolas, possa dar a estes últimos categoria e funções idênticas às do aqueles. Tanto assim que, para haver o diploma de engenheiro agrónomo, o engenheiro agrícola que o pretenda tem de matricular-se no primeiro ano do curso de agronomia e seguir esse curso até final, como qualquer outro aluno habilitado com o curso completo dos liceus.

Mais do que o título, porém, o que importa ao país, nesta matéria, é que a habilitação dos novos técnicos seja tal que deles se possa esperar uma eficaz e benéfica intervenção no melhoramento das condições actuais da nossa lavoura.

Nos serviços agrícolas officiais, o Estado precisa por igual do saber e da acção dos engenheiros agrónomos e dos engenheiros-agricolas, uns dirigindo superiormente, outros executando esses serviços. Na lavoura dos particulares não faltam proprietários que insistentemente reclamam engenheiros agrónomos e engenheiros agrícolas, para transformação o boa execução dos sistemas e processos culturais e tecnológicos. Urge portanto reformar o ensino dos engenheiros agrícolas, como reformado foi já o dos engenheiros agrónomos, dando a aqueles educação e conhecimentos gerais que lhes permitam aproveitar cabalmente a sólida instrução técnica indispensável ao cumprimento da missão de progresso que são chamados a desempenhar.

Para isso, a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, apoiando-se nas bases decretadas em 18 de Novembro de 1911, administrará, pela reforma presente, um ensino completo que, tomando inicialmente os alunos em idade compreendida entre os 11 e os 15 anos, os vai educando física, moral e intelectualmente durante sete anos consecutivos, de modo que nos estudantes se infiltre lenta e seguramente o amor à agricultura, ao mesmo passo que recebem a instrução geral equivalente à dos liceus, incluindo o ciclo complementar liceal de sciências naturais e matemáticas, a par com a instrução agrícola, a educação moral e o desenvolvimento físico favorecido pelas condições especiais da quinta onde a escola está instalada.

Não se trata de um liceu agrícola, análogo aos que funcionam nalguns países, como a Bélgica; trata-se, sim, de uma escola essencialmente agrícola, visando a propagação técnica dos alunos e que, para melhor o conseguir, vai buscá-los na idade liceal, incutindo-lhes desde logo o conhecimento objectivo dos factos agrícolas, dos quais se serve até para mais perfeita comprehensão dos estudos preparatórios que constituem o ensino dos liceus, base necessária da instrução agrícola que hão de receber.

Tampouco se pode dizer que a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, por muito se preocupar com a educação física, moral e liceal dos seus alunos, esteja verdadeiramente incluída no tipo das chamadas *Escolas*

Novas de educação, tais como em França a *École des Roches* e na Inglaterra a de *Abbotsholme* e outras, de todas as quais a de Coimbra fundamentalmente diverge, por isso que é uma Escola Nacional de Agricultura.

Toçavia, as *Escolas Novas* foi a de Coimbra basear o espirito reprovador do ensino, baseando este mais na observação e experimentação dos factos do que na simples leitura dos livros. Pôr os alunos em constante contacto com a natureza e ensiná-los, a resolverem por si as dificuldades naturais com que diariamente têm de defrontar-se será a grande preocupação dos professores da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, e não se pode duvidar de que os fenómenos agrícolas são eminentemente próprios para realizar essa educação, pela qual o aluno adquire a força de vontade e a resolução firme, que o tornam verdadeiramente um homem.

Assim educado viril e tecnicamente, o aluno que, ao cabo de sete anos de cuidadosa preparação, não quiser exercer a profissão agrícola, mas obedecer ao pendor de ingressar noutra via profissional, poderá matricular-se em qualquer escola superior, porque o curso liceal completo recebido na Escola Nacional de Agricultura a isso o habilita. Em todo o caso o amor à agricultura ficará para todo o sempre impresso na alma do aluno e não se dirá que isso não seja proveitoso ao futuro do país.

Outras disposições de vasto alcance social encerra a presente reorganização da Escola Nacional de Agricultura, tais como a criação de certas especializações técnicas para os alunos que revelarem vocação decidida para alguma delas, assim como a efectivação do curso normalista para habilitar engenheiros agrícolas como professores auxiliares nas escolas elementares de agricultura.

Finalmente, como providencia essencial, tornada hoje absolutamente necessária em face das novas condições económicas da sociedade e a igual do que para todas as outras escolas do país já foi decretado, são pelo presente diploma melhorados os vencimentos do pessoal das escolas agrícolas médias e elementares, estabelecendo-se a justa proporcionalidade com o que pelos Ministérios da Instrução Pública, do Comércio e da Agricultura já foi praticado. Se não fossem agora atendidas as reclamações dos professores e mais pessoal das escolas médias e elementares de agricultura, estas em breve ficariam privadas não só dos seus corpos docentes, como de todos os demais funcionários.

Tendo, pois, em atenção as considerações acima expostas, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aprovada a organização do ensino médio agrícola, professado nas Escolas Nacionais de Agricultura e na Escola Técnica Secundária de Agricultura, de Santarém, a qual faz parte integrante deste decreto e baixa assinada pelo Ministro da Agricultura.

Art. 2.º O Governo, ouvidos os conselhos escolares dos referidos estabelecimentos de ensino, publicará os regulamentos necessários à boa execução deste diploma.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor e revoga toda a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Agricultura o faça publicar e correr.

Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1919. — JOÃO DO CANTO e CASTRO SILVA ANTUNES — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Granjo — Amílcar da Silva Ramada Curto — Vitor José de Deus de Macedo Pinto — António Maria Baptista — João Lopes Soares — Xavier da Silva Júnior — Júlio do Patrocínio Martins — Luis de Brito Guimarães — Jorge de Vasconcelos Nunes — Leonardo José Coimbra.

Organização do ensino agrícola médio

TÍTULO I

Escolas Nacionais de Agricultura — seus fins

Artigo 1.º O ensino agrícola médio professa-se em escolas denominadas Escolas Nacionais de Agricultura, bem como na Escola Técnica Secundária de Agricultura de Santarém, a dentro das condições que definem as indoles diferentes destas duas espécies de estabelecimentos de instrução geral e profissional.

Art. 2.º É mantida nos terrenos e edificios que hoje occupa na granja de S. Martinho do Bispo a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, com a organização constante do presente decreto.

Art. 3.º O ensino elementar agrícola é ministrado nas escolas para esse fim já estabelecidas em Queluz, Santo Tirso, Tabuaço e na Ilha do Pico, bem como noutras que, de futuro, se recolham necessárias.

Art. 4.º As Escolas Nacionais de Agricultura têm por objectivo:

1.º Formar agricultores da média e da grande propriedade, aos quais será dado o titulo de engenheiro agrícola, e que possam ser:

a) Administradores de explorações rurais e encarregados de quaisquer empresas agrícolas gerais ou especiais;

b) Técnicos auxiliares oficiais;

c) Instrutores da população rural.

2.º Formar bons operários rurais, cujo trabalho útil às escolas será remunerado e aos quais serão conferidos atestados de competência;

3.º Fornecer o ensino primário rural, ministrando aos indivíduos que não tenham frequentado e não possam frequentar o grau elementar da escola primária comum, a instrução que ali deveriam receber e uma soma ordenada de conhecimentos agrícolas simples, que não só desperte neles inclinação para a vida do campo, mas os oriente na successão e prática dos diversos trabalhos culturais e assim os inicie na profissão agrícola;

4.º Contribuir para o progresso das sciências agrícolas pelo trabalho de investigação do seu pessoal de ensino, especialmente por meio de experiências, e para o desenvolvimento da agricultura regional pelo serviço de propaganda de boas práticas agrícolas, por via de bolétons e circulares, de missões e exposições, da distribuição de boas sementes e facilitação de bons reprodutores, e ainda por meio da publicação dos bons resultados colhidos na exploração dos campos próprios e nas experiências que paralelamente devem promover em propriedades de particulares.

§ 1.º Poderá aproveitar-se a demora de um trabalhador no serviço de uma escola, para que elle se especialize num dado trabalho e assim se obtenham mestres de oficinas e mestres de culturas, cuja competência será atestada sob exame.

§ 2.º Para os fins a que se refere o n.º 3.º deste artigo funcionará anexa a cada escola nacional de agricultura uma escola primária fixa, em que se professe o ensino elementar, de harmonia com o preceituado no decreto organico do ensino primário de 29 de Março de 1911, tendo os exames feitos nesta escola exacta equivalência para todos os efeitos aos exames dos alunos das escolas primárias dependentes do Ministério da Instrução Pública.

Art. 5.º Visando a formar agricultores da média e grande propriedade, as Escolas Nacionais de Agricultura não podem limitar-se a produzir hábeis operários rurais, peritos no manejo de instrumentos e máquinas e na execução manual das operações e processos tradicionais. — E sua missão essencial preparar profissionais, que, sendo

educados e instruídos dum modo perfeito sob os aspectos físico, intelectual, moral e cívico, em termos de valorizarem em toda a parte a sua acção como homens, não só conheçam bem teórica e sobretudo praticamente a técnica das diversas operações culturais e das artes correlativas, mas se mostrem aptos a observar, a experimentar, a executar com método e precisão, a aperfeiçoar os processos de trabalho, a agir na aplicação das inovações por anteposição dos ditames da experiência às simples previsões da teoria, a harmonizar a natureza e sucessão das práticas com as condições aleatórias dos meios físico e social, a ponderar todas as especulações, em suma, a organizar competentemente o trabalho a dentro duma empresa agrícola, desenvolvendo faculdades de combinação e administração que sejam garantia segura de resultado económico vantajoso.

Art. 6.º Pela educação integral e conhecimentos agrícolas profissionais que fornecem as escolas nacionais de agricultura intentam ser, quanto possível, uma arma de combate contra a geral tendência para o funcionalismo público e para as profissões liberais e procuram criar a vida independente que se consagra pela exploração da terra à produção da riqueza pública.

Art. 7.º Para os fins do n.º 1.º, alíneas a) e b) do artigo 4.º, e de harmonia com o objectivo definido no artigo 5.º é organizado em cada escola nacional de agricultura um curso médio agrícola, nos termos dos artigos 13.º, 14.º, 15.º e 16.º, assim como um curso pedagógico, nos termos dos artigos 18.º, 19.º e 20.º

Art. 8.º Os diplomados com o curso médio agrícola das escolas nacionais de agricultura terão a designação oficial de engenheiros agrícolas.

Art. 9.º Os diplomados a que se refere o artigo antecedente, que se destinem a instruir a população rural, depois de habilitados com o curso pedagógico, terão a designação de engenheiros agrícolas normalistas.

Art. 10.º Os diplomados a que se refere o artigo 8.º, que se destinem a exercer funções oficiais nas colónias, cursarão no Instituto Superior de Agronomia as disciplinas por lei designadas e intitular-se hão engenheiros agrícolas coloniais.

Art. 11.º É concedido aos diplomados das escolas nacionais de agricultura o especializarem-se por meio de tirocínio, nas próprias escolas, nas estações agrícolas ou noutros estabelecimentos dependentes do Ministério da Agricultura, criados pelo decreto de 8 de Maio de 1918, nos serviços de agrimensura, de laboratórios, de zootecnia, de silvicultura, recebendo respectivamente os títulos de engenheiro agrícola agrimensor, engenheiro agrícola preparador, engenheiro agrícola zootécnico e engenheiro agrícola silvícola.

§ 1.º Cada uma destas especializações, que serão essencialmente práticas, durará um ano, e será feita em local determinado pelas instâncias superiores, conforme os recursos especiais das escolas ou doutros estabelecimentos do Estado e não por escolha dos diplomados.

§ 2.º As condições destas especializações, quando feitas nas escolas nacionais de agricultura, serão idênticas às que se estabelecerem para os mesmos fins nas estações agrícolas ou outros estabelecimentos a que se refere o decreto de 8 de Maio de 1918.

§ 3.º O número e o título destas especializações poderão ser alterados mediante proposta dos conselhos técnicos das escolas aprovada pelas instâncias superiores.

TÍTULO II

Direitos dos diplomados

Art. 12.º Os diplomados com o curso médio das escolas nacionais de agricultura têm os seguintes direitos:

1.º São equiparados, para quaisquer colocações ofi-

ciais, aos actuais agricultores diplomados e, portanto, sempre preferidos, para o mesmo efeito, aos antigos regentes agrícolas;

2.º Têm sempre preferência, quando especializados nos termos dos artigos 9.º, 10.º e 11.º no provimento dos lugares que demandem conhecimentos da sua especialidade.

§ único. A habilitação com o curso médio agrícola equivale para todos os efeitos à aprovação do curso completo dos liceus, incluindo a matrícula nas escolas superiores, integradas ou não nas Universidades.

TÍTULO III

Organização dos cursos

CAPÍTULO I.

Curso geral de engenheiro agrícola

Art. 13.º O curso médio agrícola é de sete anos: os primeiros quatro de preparação geral, os últimos três sobretudo de especialização agrícola, vindo a concorrer no quinto ano com o desenvolvimento da preparação geral, o início da preparação teórica profissional.

§ único Os alunos aprovados nos exames de 2.º e 5.º anos do curso médio das escolas nacionais de agricultura poderão matricular-se respectivamente no 3.º e 6.º anos do curso liceal; não é, porém, permitido o transitar dos liceus para as escolas nacionais de agricultura senão nos precisos termos dos artigos 25.º e 26.º deste decreto.

Art. 14.º No curso médio agrícola ensinar-se há:

a) Português; francês; inglês; latim; matemática; ciências físico-químicas e histórico-naturais; ciências sociais; desenho e trabalhos manuais e educativos em cartão, barro, madeira e metal; higiene humana, primeiros socorros médicos; formando o ciclo de preparação geral.

b) Agrologia; meteorologia e climatologia; mecânica; máquinas agrícolas, motores; topografia; operações gerais de cultura; culturas arvenses; horticultura, jardinagem, conservação e acondicionamento de hortaliças e flores; culturas arbóreas e arbustivas, conservação e acondicionamento de frutos; silvicultura, aquicultura; tecnologia agrícola; patologia vegetal; morfologia externa dos animais domésticos; zootecnia, higiene pecuária; primeiros socorros veterinários; construções rurais; condução de águas, irrigação e drenagem; organização e administração da empresa agrícola, contabilidade e organização associativa, formando o ciclo ou grupo técnico.

§ único. No ensino das ciências sociais inclui-se o estudo da história e da geografia, de economia política, de instrução cívica, do direito usual, importando imprimir nitidamente no espírito do aluno o conhecimento dos mais importantes factores económicos e dos fundamentais deveres, direitos e obrigações dos cidadãos.

Art. 15.º O ensino de que trata o artigo anterior far-se há em duas épocas lectivas, a época de inverno e a época de verão, e distribui-se por disciplinas, nos sete anos do curso, do seguinte modo:

1.º ano:

Português e narrativas históricas.

Latim.

Francês.

Geografia.

Física.

Botânica.

Zoologia.

Matemática.

Desenho e trabalhos manuais em papel e cartão.

2.º ano:

Português e narrativas históricas.
 Latim.
 Francês.
 Inglês.
 Geografia e história.
 Física.
 Química.
 Botânica.
 Zoologia.
 Matemática.
 Desenho e trabalhos manuais em barro.

3.º ano:

Português.
 Latim.
 Francês.
 Inglês.
 Geografia e história.
 Física.
 Química.
 Botânica.
 Zoologia.
 Mineralogia e geologia.
 Matemática.
 Desenho e trabalhos manuais em madeira.

4.º ano:

Português.
 Latim.
 Francês.
 Inglês.
 Geografia e história.
 Física.
 Química.
 Botânica.
 Zoologia.
 Mineralogia e geologia.
 Matemática.
 Desenho e trabalhos manuais em metal.

5.º ano:

Física.
 Português.
 Latim.
 Francês.
 Inglês.
 Geografia e história.
 Matemática.
 Higiene humana, primeiros socorros médicos.
 Mecânica, máquinas agrícolas e motores.
 Topografia.
 Condução de águas, irrigação e drenagem.
 Agrologia, meteorologia e climatologia.
 Operações gerais de cultura.
 Morfologia externa dos animais domésticos.

6.º ano:

Inglês.
 Higiene humana, primeiros socorros médicos.
 Economia política, instrução cívica e direito usual.
 Topografia.
 Construções rurais.
 Culturas arvenses, horticultura, jardinagem, conservação e acondicionamento de hortaliças e flores.
 Silvicultura e aquicultura.
 Culturas arbóreas e arbustivas, conservação e acondicionamento de frutos.
 Tecnologia agrícola.
 Zootecnia, higiene pecuária, primeiros socorros veterinários, em casos de acidente.

7.º ano:

Inglês.
 Higiene humana e primeiros socorros médicos.

Construções rurais.-

Tecnologia agrícola.

Zootecnia e higiene pecuária, primeiros socorros veterinários em caso de acidente.

Patologia vegetal.

Organização e administração da empresa agrícola, contabilidade e organização associativa.

Art. 16.º A distribuição do ensino por épocas e por grupos ou cadeiras em cada escola será a que, sob proposta do respectivo conselho escolar, for aprovada pelas estações superiores, podendo ser alterada sempre que o conselho o julgue conveniente e o Governo assim o entenda.

§ único. Na distribuição por épocas ter-se há em vista a sucessão ordenada dos assuntos a estudar e na distribuição por grupos ou cadeiras respeitar-se hão as afinidades das matérias e, quanto possível, as especializações dos professores, tendo em vista o trabalho total equitativo dos mesmos professores em lições, demonstrações, trabalhos práticos e serviços de secções técnicas ou administrativas.

Art. 17.º As disciplinas, que na organização anterior constituíam o ciclo complementar de frequência facultativa, passam a fazer parte integrante e obrigatória do curso médio agrícola.

§ 1.º O Conselho Escolar procederá à distribuição das disciplinas componentes do antigo ciclo complementar pelos dois últimos anos do curso, conforme convier às necessidades do ensino.

§ 2.º As denominações das diferentes disciplinas de todo o curso, bem como a sua distribuição pelos diversos anos, poderão ser alteradas pelo Conselho Escolar, mediante aprovação das instâncias superiores.

CAPÍTULO II

Curso pedagógico

Art. 18.º O curso pedagógico é destinado a formar engenheiros agrícolas normalistas que possam ser professores nas escolas agrícolas elementares e nas escolas primárias rurais, bem como desempenhar-se do ensino popular agrícola.

Art. 19.º O curso pedagógico ou curso especial de engenheiro agrícola normalista compreende as seguintes disciplinas, constituindo o grupo pedagógico: pedagogia, metodologia do ensino geral e do agrícola em especial; higiene e organização escolar.

Art. 20.º A duração deste curso é de um ano e fazem parte integrante dele:

1.º A preparação pedagógica, durante seis meses, nas escolas nacionais de agricultura;

2.º O tirocínio prático, simultâneo com a preparação pedagógica referida no número anterior, durante o mesmo período, na escola primária rural anexa a cada escola nacional de agricultura.

3.º O tirocínio prático, durante três meses numa escola elementar de agricultura.

§ único. O professor do grupo pedagógico acompanhará os alunos no tirocínio a que se refere o n.º 3 deste artigo, sendo-lhe abonadas as despesas de viagem e as ajudas de custo que por lei lhe pertencerem.

TÍTULO IV

Regime escolar

CAPÍTULO I

Admissão de alunos

SECÇÃO I

Curso médio agrícola

Art. 21.º Os alunos do ensino médio das escolas nacionais de agricultura são de duas categorias: porcionistas e pensionistas.

§ único. O regime para uns e outros destes alunos é exclusivamente o de internato.

Art. 22.º O número máximo de alunos a admitir em cada escola será fixado em decreto, cabendo aos conselhos escolares, de acordo com os conselhos técnicos, limitar anualmente as admissões, de harmonia com as condições de instalação de que as escolas disponham.

§ único. Para a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra esse número é fixado em 120.

Art. 23.º O número dos alunos pensionistas não pode ser superior a um quinto da lotação de cada escola.

Art. 24.º Só serão admitidos como pensionistas, quando satisfaçam as condições gerais de matrícula:

a) Os descendentes do pessoal técnico dos estabelecimentos do ensino agrícola e dos professores não técnicos dos mesmos estabelecimentos, pagando apenas meia pensão;

b) Os filhos dos diplomados pelos estabelecimentos de ensino agrícola ao serviço de qualquer Ministério ou dos corpos administrativos, pagando apenas três quartos de pensão;

c) Os órfãos do pessoal, tendo exercido qualquer das funções indicadas na alínea a), os quais não pagarão pensão.

§ único. Até o limite máximo estabelecido no artigo 22.º os candidatos nas condições destas três alíneas só terão direito a um quinto das admissões anuais, sendo preferidos sucessivamente os das alíneas c), a) e b).

Art. 25.º Constitui habilitação para a admissão à matrícula no primeiro ano das Escolas Nacionais de Agricultura a aprovação no exame do ensino primário complementar, organizado segundo o decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, ou em exame equivalente.

Art. 26.º São também condições imprescindíveis para a admissão à primeira matrícula: que os candidatos tenham idade compreendida entre os 11 e os 15 completos, sejam vacinados, possuam sufficiente robustez e não sofram de molestia contagiosa, o que tudo será provado por documentos autênticos.

§ único. Impõem o limite de idade não só a vantagem para o ensino em internato de não haver em cada classe grandes diferenças de idade mas a necessidade de manter nas escolas uma boa atmosfera evitando que elas sejam o último refúgio dos que noutras não aproveitaram.

Art. 27.º A admissão definitiva fica todavia dependente do exame médico feito na escola e do conhecimento que o respectivo conselho escolar fundamentadamente obtenha acerca dos antecedentes morais de cada candidato.

Art. 28.º Os requerimentos de admissão, acompanhados dos documentos necessários, serão dirigidos e entregues até o dia 15 de Setembro de cada ano aos directores das escolas, que lhes darão o destino consignado no artigo 188.º, n.º 7.

Art. 29.º Os documentos dos candidatos a alunos pensionistas serão enviados ao Governo para despacho, depois de apreciados pelo Conselho Escolar.

Art. 30.º Os alunos porcionistas pagarão aualmente 240\$00 em prestações trimestrais adiantadas, a primeira na ocasião da entrada, a segunda no principio de Janeiro, a terceira no principio de Abril, assinando os pais, tutores, ou representantes, no acto da matrícula, um termo de responsabilidade que será válido por todo o tempo do curso, e não haver declaração por escrito em contrário.

§ único. Quando haja a declaração a que se refere este artigo, o aluno terá de nomear imediatamente outro responsável.

Art. 31.º Quando o número de candidatos porcionistas habilitados à matrícula no primeiro ano for superior à lotação, deverão ser preferidos os filhos de lavradores.

Art. 32.º Cada aluno é obrigado a apresentar no acto da entrada para a escola o seguinte enxoval:

6 camisas.

6 coroulas.

4 camisolas de algodão.

3 camisolas de lã.

6 camisas de noite.

18 pares de meias.

18 lenços.

6 toalhas.

2 lonçóis de banho.

3 calças de zuarte.

1 colete de zuarte.

4 blusas de zuarte.

2 calças de bricho preto.

1 colete de bricho preto.

1 gabão de bricho preto.

1 boné de serviço, conforme o modelo.

1 chapéu de palha conforme o modelo.

3 pares de botas brancas altas.

2 pares de alpargatas.

1 estojo de limpeza, composto de pentes, escôvas de fato, dentes, unhas e cabelo e tesoura de unhas.

1 saco para roupa.

1 fato de banho.

§ 1.º As escolas fornecerão leito e enxergão, devendo os alunos apresentar travessão, almofada e colchão das dimensões do modelo, e completar o seu enxoval com 6 lonçóis, 2 cobertores de lã, 6 fronhas de travessão, 6 de almofada e 3 colchas brancas.

§ 2.º O enxoval e acessórios poderão ser adquiridos pela escola mediante pagamento adiantado do custo.

Art. 33.º Ficam a cargo das escolas a alimentação, tratamento médico, lavagem e conserto de roupa, ferramentas grossas e os artigos comuns de escrita e desenho.

Art. 34.º As escolas serão indemnizadas, pelos alunos, de qualquer prejuizo feito intencionalmente ou por descuido.

Art. 35.º No acto da primeira matrícula são todos os alunos obrigados a fazer, nos cofres das escolas, um depósito de 10\$, destinado às indemnizações a que se refere o artigo anterior e à aquisição inadiável de ferramentas miúdas e de quaisquer objectos indispensáveis à sua vida escolar.

§ único. Este depósito deverá manter-se por meio de reposições e mediante aviso das escolas, até final do curso.

Art. 36.º A ausência de um aluno não dá direito a descontos, salvo quando seja definitiva ou quando se verificar nos casos de que tratam os artigos 50.º, 52.º e 91.º, § 1.º

§ único. O desconto será mensal e não relativo aos dias do mês em que o aluno se ausentou ou em que regressou.

SECÇÃO II

Especializações do curso de engenheiro agrícola

Art. 37.º Os candidatos que desejarem matricular-se nas especializações a que se refere o artigo 11.º apresentarão requerimento até o dia 1 de Setembro de cada ano ao director da Instrução Agrícola, instruído com a publicação da carta do curso de engenheiro agrícola, agricultor, ou de regente agrícola pelas escolas nacionais de Agricultura organizadas nos termos deste decreto, e certificado do registro criminal.

Art. 38.º Na segunda quinzena de Setembro serão os candidatos submetidos, para os efeitos da admissão, a inspecção sanitária.

Art. 39.º A Direcção da Instrução Agrícola fixará os locais em que devem fazer-se as diferentes especializa-

ções, tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 11.º d'este decreto.

Art. 40.º A matrícula nas especializações é gratuita e com regime de externato.

SECÇÃO III

Curso pedagógico

Art. 41.º São admitidos à matrícula no curso pedagógico os agricultores diplomados e os engenheiros agrícolas da nova e antigas organizações.

Art. 42.º A matrícula no curso pedagógico será requerida, até 1 de Setembro de cada ano, ao director da Escola Nacional de Agricultura que o candidato deseje frequentar, devendo este apresentar, com o requerimento, pública-forma da carta de qualquer dos cursos de que trata o artigo anterior e certificado do registo criminal.

§ único. O director dará ao requerimento o destino consignado no artigo 188.º, n.º 7.º

Art. 43.º Na segunda quinzena de Setembro serão os candidatos sujeitos a inspecção sanitária, perante um júri constituído pelo director, pelo médico da escola e por um professor técnico da escolha do conselho escolar.

Art. 44.º O regime dos alunos d'este curso é o de externato, com ensino gratuito.

§ único. Pode, porém, o conselho escolar conceder o internato em comum com os alunos do curso médio agrícola, sempre que daí não advenha prejuizo para o funcionamento da escola, pagando neste caso os alunos adiantadamente a mensalidade de 18\$00, com direito a instalação, alimentação e tratamento médico.

CAPÍTULO II

Educação — Viver escolar

Art. 45.º Tendo as escolas nacionais de agricultura em vista fornecer, a par de conhecimentos agrícolas profissionais, uma educação que prepare os alunos para a vida contemporânea, a qual pede indivíduos sãos de corpo e espirito, aptos a julgar com clareza e rectidão, caracteres sabendo dirigir-se segundo os preceitos da sã moral, devem os professores, a quem os alunos são exclusivamente confiados, exercer a sua acção de acordo com os seguintes preceitos:

1.º A educação e instrução intelectual visará principalmente a desenvolver o espirito crítico por meio de exercicio de observação e de experiência, substituindo-se a razão e a reflexão à erudição e memorização, partindo-se do facto para a idea;

2.º A educação e instrução moral terá por fim desenvolver a vontade, cultivar a iniciativa e a responsabilidade, combater a ociosidade e evitar a cobardia, procurando fazer dos alunos criaturas honestas, enérgicas, modestas e afectivas. Nesta parte dever-se há abolir a autoridade que se exerce de fora para dentro e substituí-la pela liberdade moral que adopta uma regra individual e social de interior para o exterior. O professor viverá com os alunos, não para os vigiar, mas para os educar;

3.º A educação e instrução cívica procurará, por meio da instrução e sobretudo por exemplo, formar cidadãos cumpridores dos seus deveres e conhecedores dos seus direitos; firmes nas suas convicções, mas nunca intolerantes;

4.º A educação e instrução física visará por meio da água (banhos higiénicos e natação), do ar (vida de campo e exercicios ao ar livre), da luz (instalações bem iluminadas, máxima permanência nos campos da escola, excursões), dos trabalhos manuais obrigatórios, da equitação, da gymnástica, dos jogos desportivos, do tiro, do exercicio das práticas profissionais, a estabelecer o equilibrio e a saúde do corpo, a desenvolver harmónicamente

as faculdades físicas; tornando o individuo robusto; dextro, resoluto e senhor de si mesmo;

5.º A educação e instrução artística visará, por meio do estudo das obras de arte, do desenho e da modelação, da música e também da jardinagem, a despertar o sentimento do belo, por forma ao educando sempre respeitar a beleza e em tudo procurar cultivá-la;

6.º A educação e instrução profissional procurará por meio dos trabalhos agrícolas, devidamente orientados, preparar individuos para a vida dos campos, perfeita e completamente aptos a desempenhar os serviços a que são destinados;

7.º A prática dos trabalhos manuais, que deverá sempre revestir o carácter utilitário, será obrigatória para todos os alunos, a fim de os adextrar, de lhes despertar e cultivar a consideração e o respeito pelo trabalho manual e a capacidade de iniciativa;

8.º Em todas as modalidades da instrução se procurará aproximar o aluno da natureza e se praticarão os processos mais conformes com as suas leis.

Art. 46.º Para consecução dos objectivos consignados no artigo anterior impertará que os professores possuam, além da sciência perfeita das matérias a ensinar, sólidos conhecimentos pedagógicos e todas as qualidades de educadores.

Art. 47.º A distribuição de tempo será feita no principio de cada época pelo conselho escolar, tendo em vista os modernos preceitos da pedagogia.

Art. 48.º Os alunos terão diariamente três ou quatro refeições, organizadas e distribuídas pelo conselho escolar, em cada época, ouvido o parecer do médico da escola.

Art. 49.º O tempo destinado para dormir deve ser, consoante a idade, estado de saúde e desenvolvimento do aluno, fixado pelo médico da escola, sem prejuizo entretanto do regime geral e horários aprovados.

Art. 50.º Os alunos que adoecerem serão tratados na escola, quando a doença não seja contagiosa.

§ 1.º Se a doença for de gravidade, será prevenido o pai, tutor ou protector para retirar o aluno, se o médico da escola o não julgar inconveniente.

§ 2.º Se a doença for contagiosa, o aluno será retirado da escola para ser tratado, sob as vistas do director, no hospital mais próximo, se o médico da escola assim o julgar indispensável; ou será convenientemente isolado, se, com a saída para o hospital, perigar a sua vida, prevenido-se sem demora, em qualquer dos casos, o pai, tutor ou protector para tomar conta do doente.

Art. 51.º Da educação moral dos alunos, que compete a todos os professores, são especialmente encarregados o director e o professor regente, a quem devem ser comunicadas todas as infracções disciplinares.

Art. 52.º Quando qualquer aluno for reconhecido como inadaptável ao regime normal da escola, cabe ao conselho escolar excluí-lo.

Art. 53.º As famílias serão sempre postas ao corrente do comportamento escolar dos alunos, cabendo especialmente ao director informá-las per intermédio do professor regente.

Art. 54.º Haverá um livro especial para o registo normal do comportamento dos alunos.

CAPÍTULO III

Instrução geral e profissional

SECÇÃO I

Método de ensino

SUB-SECÇÃO I

Curso médio agrícola

Art. 55.º A preparação geral, a que se refere o artigo 13.º d'este decreto, visa particularmente o desen-

volvimento integral e racional de todas as faculdades do aluno e a administração dos conhecimentos fundamentais que todo o homem deve possuir, qualquer que seja a sua profissão.

§ 1.º O ensino teórico deve limitar-se ao conhecimento dos princípios científicos basilares.

§ 2.º Ao ensino prático deve dar-se o maior desenvolvimento com larga demonstração e frequência de laboratórios, museus, etc.

Art. 56.º O ensino geral deverá fazer-se por métodos práticos sobre factos vulgares, evidentes e de fácil verificação. E assim, como por exemplo, no tocante às sciências físico naturais, atender-se há, entre outros, aos seguintes preceitos:

1.º No estudo da física far-se há observar os fenómenos naturais; fixar-se há a atenção dos alunos em factos por eles verificados na prática diária; darse-lhes há explicação das leis físicas que regem esses fenómenos e justificam esses factos;

2.º Em química, as experiências serão preparadas cuidadosamente antes da lição; encaminhar-se há o aluno a observar, raciocinar, deduzir e concluir; ultimada e discutida uma experiência, buscar-se há a lei em que ela se fundou e em que se basciam outros fenómenos semelhantes; no estudo das substâncias e fenómenos insistir-se há naqueles que mais interessam as práticas agrícolas;

3.º Em botânica dar-se há conhecimento pela observação e pela experimentação dos fenómenos essenciais da vida das plantas; utilizar-se há o microscópio no estudo da estrutura interna dos vegetais; far-se há o reconhecimento das plantas, herborizando e formando colecções que sobretudo incluam as plantas económicas e as prejudiciais;

4.º Em zoologia insistir-se há especialmente no estudo dos animais que interessam à agricultura, pondo em todos os casos o aluno em presença da realidade e limitando o mais possível a aquisição de conhecimentos descritivos por simples esforço de memória.

Art. 57.º A preparação profissional, a que se refere o artigo 13.º, compreende igualmente ensino teórico e prático; teórico numa intensidade reduzida à justificação dos trabalhos práticos, e prático numa insistência necessária sobre todas as operações agrícolas no que interessa à sua perfeita execução.

§ 1.º O ensino teórico poderá ser feito nas aulas, mas deverá de preferência fazer-se no campo, nas oficinas, nos laboratórios e noutras instalações em que a demonstração efectiva possa ser simultânea.

§ 2.º Satisfeita a preparação prática geral e profissional, os alunos poderão, sem prejuizo do horário escolar e do seu aproveitamento educativo, frequentar mais assiduamente os trabalhos da sua predilecção, para que manifestem mais aptidões.

§ 3.º Nos últimos anos do curso acentuar-se há principalmente a questão experimental e a da administração da propriedade, tomando os alunos parte muito activa na administração das escolas.

§ 4.º Para o efeito do disposto no parágrafo anterior estabelecer-se há serviços de capatazia, e exercerão também os alunos as funções de auxiliar nas diferentes secções.

Art. 58.º Respectivamente ao estudo da sciência agrícola adoptar-se há métodos práticos, tendo em conta, entre outros, os seguintes preceitos:

1.º No estudo da agrologia, que tem por objecto a natureza dos solos, as suas propriedades, exigências, flora característica e culturas apropriadas, procurar-se há quanto possível dar as lições sobre os próprios terrenos;

2.º Em matéria de culturas, far-se há uma classificação destas por grupos, cereais, legumes, etc., — e em

cada grapo estudar-se há mais a fundo uma delas, ficando aos alunos o fazer por si, com igual desenvolvimento e segundo o mesmo plano, o estudo das demais culturas do mesmo grupo;

3.º O ensino da zootecnia e da hygiene pecuária impõe visitas aos estábulos da escola e das explorações vizinhas, sendo os alunos encaminhados a discutir as condições higiénicas desses estábulos, a traçar o esboço da planta das instalações visitadas, a desenhar o projecto de modificação dessas instalações em harmonia com os preceitos da hygiene, a examinar e corrigir as rações adoptadas pelos lavradores vizinhos e a observar nas vacarias a influencia da alimentação e das condições higiénicas na quantidade e qualidade do leite, etc.;

4.º No tocante a construções, topografia, máquinas e hidráulica agrícola ter-se há em vista que não se trata de dar aos alunos a alta sciência dum engenheiro agrônomo; apenas se ministrarão noções práticas sobre construções rurais, drenagens, distribuição de águas, montagem, desmontagem, conservação e uso de máquinas agrícolas; entretanto a topografia deverá ter um desenvolvimento prático muito grande, atendendo à necessária intervenção dos regentes na organização do cadastro geométrico agrário e no levantamento das propriedades sujeitas ao regime florestal;

5.º No estudo da economia rural ou, melhor, da organização e administração da empresa agrícola, incluir-se há o conhecimento de diversas formas de exploração, as avaliações, a contabilidade agrícola, importando fazer compreender aos alunos as vantagens da associação e iniciá-los na organização e legislação portuguesa das sociedades agrícolas não só na aula, mas em visitas a cooperativas e sociedades mútuas de seguro, de crédito, etc.

Art. 59.º O professor, devendo limitar-se nas lições teóricas ao estudo dos princípios científicos que servem de base às operações práticas, poderá mesmo dispensar-se de dar nas aulas essas indicações, que os alunos encontrarão nos compêndios e que portanto bastará tocar nos exercícios práticos.

Art. 60.º Os programas para as disciplinas do curso médio agrícola serão elaborados segundo o disposto no artigo 14.º e em harmonia com os anteriores artigos e parágrafos desta sub-secção.

Art. 61.º As lições deste curso durarão o máximo 50 minutos, sucedendo-se com intervalos não inferiores a 10 minutos.

§ 1.º As lições de desenho poderão ter a duração de 1 hora e meia;

§ 2.º Na distribuição das disciplinas no horário de cada dia atender-se há sempre à natureza dessas disciplinas e à quantidade de esforço que cada um demanda.

Art. 62.º O horário das lições deste curso será organizado nos termos do artigo 47.º

§ único. Na organização deste horário procurar-se há deixar, quanto possível, livres as quintas-feiras, destinadas a jogos, visitas e pequenas excursões.

Art. 63.º Em todo o ensino o professor deve ter em vista que o seu papel não é tanto fornecer conhecimentos aos discípulos, como conseguir que eles os conquistem pelo próprio esforço, devendo por isso ser breve nas suas exposições e dar aos alunos a máxima participação no trabalho escolar, sempre lembrado de que o ensino deve ser o mais possível individual.

§ único. Da obediência a estas normas resultará ter o professor um conhecimento continuado do aproveitamento dos alunos, sobre o qual baseará as informações mensais que, nos termos do artigo 87.º, tem de apresentar no Conselho Escolar.

Art. 64.º Deve também o professor aumentar o seu cabedal científico e prático, diligenciar o aperfeiçoamento constante do seu método de ensino, captar a atun-

ção dos seus alunos pelo interesse da exposição e perfeita apresentação das demonstrações e experiências, dispensar especial solicitude aos alunos fracos física ou intelectualmente, a fim de lhes evitar o desânimo e assegurar o aproveitamento, e fazer compreender e sentir a todos os discípulos que é um amigo constantemente preocupado do seu bem estar.

Art. 65.º O número de alunos de uma classe dos dois primeiros anos do curso não poderá ser superior a quinze; quando o número de alunos exceder este limite, será o curso dividido em turmas paralelas.

§ 1.º O excesso de lições por virtude de formação de turmas paralelas nos termos deste artigo será pago aos professores à razão de 1\$ por lição;

§ 2.º Quando os professores do quadro não possam acumular o ensino das turmas paralelas, será esse ensino feito por auxiliares que cada escola contratará, precedendo autorização superior.

Art. 66.º Para o efeito da preparação prática profissional, o director distribuirá diariamente os alunos pelos diferentes serviços e instalações, a fim de se exercitarem manualmente em todas as práticas agrícolas, de colaborar em experiências culturais, tecnológicas e outras, e de se manterem constantemente no mais íntimo contacto com os trabalhos da empresa agrícola.

§ 1.º Os exercícios de aprendizagem prática profissional durarão no mínimo duas horas por dia, podendo prolongar-se além desse tempo e até ocupar todas as horas úteis de dias sucessivos, quando o ensino assim o exigir;

§ 2.º Estes exercícios serão assistidos, quanto possível, pelos professores que ministram a respectiva teoria, assim se obtendo um ensino mais completo e portanto mais proficuo.

Art. 67.º Ao ensino pratico profissional deverá dar-se a máxima intensidade no sentido de iniciar os futuros engenheiros agrícolas na organização do trabalho a dentro de uma empresa agrícola, mas convirá também desenvolver o mais possível a pericia manual dos alunos, tornando-os aptos a manejar todos os instrumentos e máquinas agrícolas e a realizar com perfeição todas as operações respeitantes à indústria de explorar a terra.

Art. 68.º Deverão constituir objecto da aprendizagem prática profissional, entre outros, os seguintes trabalhos:

1.º Colheitas de amostras de terras. Tentativa de classificação de terras e suas aptidões pelo seu aspecto geral, corte, flora espontanea, exposição, etc.

Análises de terras, águas e adubos e interpretação dos respectivos resultados,

Manipulação de estrumes, mistura e aplicação de adubos e correctivos.

Estabelecimento e cultura dos campos experimentais e de demonstração.

Cálculo de correções químicas, conforme a constituição da terra e profundidade do solo.

Cálculo da quantidade de estrumo produzido anualmente numa exploração.

Cálculo de montureiras, fossas, cisternas.

Cálculo das quantidades de elementos nobres contidos num hectare de terreno.

2.º Execução de trabalhos de planimetria, utilizando o pantómetro, o grafómetro, a bússola, o teodolito, a prancheta, etc.

Execução de trabalhos de nivelamento com os diversos instrumentos, nível de perpendicular, nível de água, nível de bôlha, nível de óculo, clinómetro e clinómetros.

Execução de trabalhos de agrimensura pelos diversos processos.

Exercícios de desenho topográfico, abrangendo o traçado de vias de comunicação, a confecção de mapas com os sinais convencionais para as cartas topográficas, agrícola e florestal, a execução de plantas com os dados obtidos no campo e reprodução pelo papel Marion, etc.

Cópia, ampliação e redução de plantas pelos processos usuais.

3.º Limpeza, montagem e desmontagem de motores e máquinas agrícolas.

Manobra e direcção de motores e máquinas em serviço nas oficinas e no campo, especialmente de locomóveis, tractores, charruas, grades, escurificadores, esterroadores, semeadores, distribuidores de adubos, sachadores, gadanhais, ceifeiras, debulhadoras, emfardadoras, tararas, seleccionadores de sementes, corta-raízes, moinhos, trituradores, etc.

4.º Trabalhos de carpintaria, designadamente reconhecimento dos tipos mais usuais de madeiras, nomenclatura e aparelho das madeiras para obras, execução de entalhes e de modelos de tabiques, frontais, madeiramento de telhados, simples, escadas, etc., que tenham applicação a edificações rurais.

Trabalhos de forja e serralharia, designadamente reconhecimento de artigos de metal do comércio com applicação a fins agrícolas.

Execução de peças soltas de máquinas agrícolas em escala ou em tamanho natural, tanto em madeira, como em metal.

Execução de modelos completos das máquinas agrícolas mais simples, em escala ou em tamanho natural.

Execução de pequenas edificações rurais.

Reconhecimento das pedras de construção, dos productos cerâmicos, dos aviamentos de pedreiro, etc.

Verificação das qualidades e defeitos dos materiais de construção e realização dos respectivos ensaios.

Traçados de pequenos trabalhos de terraplanagem para edificações.

Sondagens.

Elaboração de projectos e orçamentos de construções rurais, designadamente casas de habitação, alojamentos para animais domésticos, palheiros, espiguciros, silos, eiras, telheiros, montureiras, leitarias, adegas, lagares, obras de captação e aproveitamento de águas, obras de vedação de propriedades rústicas, vias rurais e obras de drenagem.

5.º Apreciação dos caracteres do raça dos animais domésticos.

Caracteres individuais e apontagem. Mensurações para cálculo do peso vivo e peso limpo.

Pesagens de gado. Cálculo de rações e substituição de forragens.

Prática de vacinações e inoculações reveladoras (tuberculização, maleinização do gado).

Desinfecção do alojamento dos animais.

Prestação de socorros veterinários em caso de accidentes.

Tosquia, ferragem e compra e venda de animais.

Nomenclatura das peças dos arreios. Atrelagem, apicagem e condução de gado nos trabalhos agrícolas. Equitação.

Ensino de animais novos.

6.º Exame e apreciação da uva.

Análise, esterilização e correção do mosto.

Fabrico, análise e tratamento de vinhos.

Emprêgo de leveduras seleccionadas.

Execução de trasfegas, sulfurações, atestos, filtrações, colagens.

Tratamento de vasilhame.

Fabrico de vinagre.

Fabrico, análise e tratamento do azeite.

Análise de leites. Prática da sua conservação.

Fabrico de manteiga e de queijos dos diversos tipos.

Execução das diversas operações relativas à exploração das colmeias e à criação e selecção do sirgo.

7.º Trabalhos de surribas, arroteias, lavouras, gradagens, escurificações, esterroagens, incorporações de adubos e correctivos, cavas, sachas e arrendas, regas, dre-

nagens, fixação de terras por meio de sebes e barragens, sementeiras.

Prática do tratamento de sementes para prevenir doenças.

Instalação de albobres e viveiros.

Plantações e transplantações.

Execução de mondas, desbastes, podas de formação, produção, enxertia, estratificação de enxertos, levantamentos de viveiros, selecção de produtos, enlatagens e empas, hibridação.

Reconhecimento das espécies herbáceas e lenhosas, incluindo as principais essências florestais e plantas de ornamento.

Avaliação lenhosa das árvores abatidas e das árvores vivas ou em pé.

Prática da colheita, conservação, embalagem dos produtos; prática de fenação; execução de ceifas, debulhas, limpeza e selecção de sementes.

Execução de resinagem, descortçamento, etc.

Prática de cada cultura em especial.

Trabalhos de jardinagem.

8.º Reconhecimento das diversas doenças das plantas. Execução de tratamentos preventivos e curativos.

Colheita de exemplares de plantas doentes e sua preparação para herbário.

9.º Determinação dos dados gerais sobre a instalação duma empresa agrícola.

Dimensões a dar às casas de habitação, celeiros, silos, montureiras, etc.

Determinação das quantidades de alimentos necessários à nutrição dos animais durante o ano.

Apreciação do valor das terras. Avaliação das construções, material, animais, arreios e produções.

Avaliação das colheitas pendentes e dos estragos por elas sofridos em virtude de intempéries, doenças, etc.

Escolha das culturas segundo as diversas condições locais.

Organização de trabalhos a dentro da exploração económica.

Escrituração de livros elementares e livros principais de contabilidade agrícola.

Prática de escrituração por partidas simples e dobradas.

Art. 69.º Como complemento de preparação profissional e geral, os alunos farão durante o curso visitas e excursões a explorações rurais e oficinas tecnológicas, a fim de conhecerem os aspectos agrícolas do país, colhendo exemplares da flora, fauna e geologia da região, tirando fotografias, tomando notas, levantando esboços de qualquer maquinismo ou instalação importante, de modo a enriquecerem os museus das escolas e a fixarem as suas observações.

§ 1.º Instituir-se-hão excursões de carácter acentuadamente profissional para os alunos dos dois últimos anos, correndo as respectivas despesas por conta das escolas.

§ 2.º Tomarão parte nestas excursões os professores que o conselho técnico indicar, os quais receberão os subsídios de marcha e transporte e as ajudas de custo que lhes competirem.

§ 3.º Poderão participar destas excursões, sem encargo para as escolas, os alunos dos outros anos que a isso sejam autorizados pelos respectivos conselhos escolares.

§ 4.º Além das excursões a que se refere o § 1.º d'este artigo, outras deverão realizar-se de carácter mais geral, destinadas aos alunos de todos os anos, ficando as respectivas despesas de viagem à conta daqueles e as despesas de alimentação a cargo das escolas. A designação dos professores que nestas excursões deverão acompanhar os alunos será feita pelos conselhos escolares, cabendo a esses professores a indemnização a que se refere o § 2.º d'este artigo.

§ 5.º Os conselhos técnicos, no caso das excursões de que trata o § 1.º, e os conselhos escolares, no caso das excursões de que trata o § 4.º occupar-se-hão de estabelecer para cada excursão o respectivo programa, tendo sempre em vista que dessas excursões se tire, sob os vários aspectos, o máximo proveito.

§ 6.º Por indicação dos conselhos escolares e técnicos, tomará parte nestas excursões o pessoal auxiliar julgado necessário.

SUB-SECÇÃO II

Curso pedagógico

Art. 70.º O curso pedagógico tem uma parte teórica e uma parte prática, constituída esta por conferências e trabalhos práticos.

Art. 71.º Os programas deste curso serão organizados pelos professores do grupo pedagógico e sujeitos à aprovação dos respectivos conselhos escolares.

Art. 72.º As lições teóricas durarão no mínimo 45 minutos e as práticas o tempo julgado necessário, sendo os horários aprovados em conselho escolar, sob proposta do professor do grupo pedagógico.

§ único. Os horários serão organizados de forma que as quintas feiras sejam especialmente destinadas a conferências, visitas e excursões.

Art. 73.º A iniciação na prática pedagógica realizar-se há do seguinte modo:

1.º Durante metade do tempo destinado a essa prática os alunos assistem às aulas das escolas primárias rurais ou das escolas elementares de agricultura, onde estão tirocinando e cujos professores lhes darão as noções indispensáveis sobre a metodologia especial do respectivo ensino.

Cada um dos alunos deverá ensinar pelo menos uma vez por semana, sob as indicações do professor dirigente e do professor de pedagogia. A estas lições comparecerão todos os alunos normalistas, seguindo-se a cada uma a crítica feita pelo professor, que apontará os defeitos notados na preparação, na exposição ou na atitude do normalista perante os alunos.

2.º No resto do tempo o ensino será exclusivamente exercido pelos alunos, sob a fiscalização dos professores dirigentes, que assistirão sempre às lições, fazendo as observações necessárias.

§ único. Os tirocinantes assistem sempre aos exames primários e elementares, podendo desempenhar as funções cometidas aos membros dos júris, e comparecem nos conselhos escolares das escolas elementares de agricultura, quando neles se trate da classificação dos alunos.

Art. 74.º As conferências a que se refere o § único do artigo 72.º versarão sobre assuntos de pedagogia e serão feitas pelos normalistas perante os condiscípulos e perante os corpos docentes das escolas.

Art. 75.º Durante os primeiros seis meses de estudos os alunos visitarão as escolas primárias mais próximas; estas visitas serão dirigidas pelo professor do grupo pedagógico. Os alunos domoram-se-hão em cada escola o tempo necessário para assistirem aos diversos trabalhos escolares.

Art. 76.º Os alunos visitarão igualmente as escolas normais e os estabelecimentos e instituições relacionadas com a educação e instrução das crianças.

Art. 77.º Os alunos devem apresentar, no prazo que lhes for marcado, um relatório sobre as visitas realizadas.

Art. 78.º Os professores das escolas primárias anexas mandarão apresentar nas aulas do curso pedagógico, sempre que o respectivo professor lho notifique, os alunos que se tornarem necessários para qualquer demonstração.

Art. 79.º Os alunos normalistas poderão tomar parte

em todos os trabalhos, jogos e exercícios dos alunos do curso médio agrícola, se os conselhos escolares o não julgarem inconveniente.

SECÇÃO II

Frequência

SUBSECÇÃO I

Curso médio agrícola

Art. 80.º O ano escolar começa em 1 de Outubro e termina em 31 de Julho. O ano lectivo começa em 1 de Outubro e termina em 30 de Junho, destinando-se os primeiros quinze dias de Outubro ao ensino prático a que se refere o artigo 93.º e à organização de programas e horários, iniciando-se o ensino teórico no primeiro dia útil depois de 15 de Outubro.

Art. 81.º As épocas lectivas começarão, a de inverno em 16 de Outubro e a de verão em 1 de Março, e terminarão respectivamente no último dia de Fevereiro e em 30 de Junho.

§ único. Os conselhos escolares poderão resolver o encerramento das aulas entre 19 e 30 de Junho, se o serviço de exames assim o exigir.

Art. 82.º Para o disposto no artigo 80.º devem todos os alunos dar entrada nas escolas no dia 15 de Outubro.

Art. 83.º No primeiro dia de aulas as secretarias das escolas enviarão a cada professor os respectivos cadernos de frequência para as aulas e trabalhos práticos, elaborando-os sobre elementos que lhes serão fornecidos pelos secretários dos conselhos escolares.

Art. 84.º Nos cadernos a que se refere o artigo anterior lançará cada professor as faltas e notas de aproveitamento dos alunos, marcadas estas por qualquer forma que melhor traduza a sua impressão pessoal.

Art. 85.º No primeiro dia de cada mês serão postos à disposição dos professores os impressos necessários para o seu registo de presença nas aulas e para o registo das faltas dos alunos.

Art. 86.º Estes impressos, depois de preenchidos, serão presentes na primeira sessão do Conselho Escolar no mês imediato, a fim de se fazer o devido apuramento.

§ único. O resultado deste apuramento será lançado em livros especiais, dando o secretário do conselho escolar comunicação à secretaria da escola das faltas mensais dos professores que importem descontos, nos termos do artigo 246.º e seus parágrafos.

Art. 87.º Nas sessões do Conselho Escolar, a que se refere o artigo anterior, os professores trocarão impressões sobre o aproveitamento mensal dos alunos, em face das notas dos respectivos cadernos de frequência, assentando-se, para cada aluno, numa nota de aproveitamento global traduzida por *suficiente* ou *insuficiente*, a qual será registada no livro a que se refere o artigo 205.º deste decreto.

Art. 88.º Do apuramento mensal das faltas e do aproveitamento será dado imediato conhecimento aos alunos e respectivas famílias.

§ único. Com a comunicação a que se refere este artigo será enviada às famílias a nota constante do artigo 53.º deste decreto.

Art. 89.º Todo o aluno perde a época lectiva quando dê, em qualquer disciplina, um número de faltas justificadas superior a um sexto da totalidade das lições realizadas nessa época.

Art. 90.º Perde igualmente a época lectiva o aluno que der, nos trabalhos práticos realizados durante essa época, um número de faltas justificadas superior a 15, ou a 20, no caso de doença.

Art. 91.º A justificação das faltas dos alunos será

apreciada pelos conselhos escolares nas reuniões mensais de que trata o artigo 87.º

§ 1.º Quando, pelo apuramento feito em conselho, se reconhecer que um aluno perdeu uma época lectiva, ser-lhe há dada, bem como à família, comunicação do facto para o efeito desse aluno se retirar imediatamente da escola.

§ 2.º Poderá todavia o aluno manter-se até final do ano, frequentando as escolas como ouvinte, quando esse seja o seu desejo e o da família, se o Conselho Escolar assim o entender, por não resultar daí inconveniente para a disciplina.

§ 3.º A aplicação da doutrina do parágrafo anterior a um aluno pensionista implica o ser-lhe retirada a pensão durante o período que decorrer desde a verificação da perda de ano até o princípio do novo ano lectivo.

§ 4.º As faltas dadas sem justificação julgada bastante pelo Conselho Escolar constituem infracção disciplinar que pode levar até a pena de exclusão.

Art. 92.º Nas Escolas Nacionais de Agricultura haverá as seguintes férias: de verão — os meses de Agosto e Setembro; de inverno — desde 24 de Dezembro a 6 de Janeiro, a semana de carnaval; de primavera — desde domingo de Ramos a domingo de Páscoa.

Art. 93.º Os alunos do penúltimo e antepenúltimo ano do curso só poderão ausentar-se para férias depois de terminada a debulha e limpeza do cereais; e os que requererem matrícula no penúltimo e último anos comparecerão nas escolas, sob aviso da direcção, antes de 15 de Outubro ou mesmo de 1 de Outubro, quando for necessário, a fim de tomarem parte nos trabalhos de vinificação.

§ único. Os restantes alunos retirarão da escola à medida que forem terminando os seus trabalhos escolares.

SUBSECÇÃO II

Curso pedagógico

Art. 94.º O ano escolar e o ano lectivo para o curso pedagógico são os mesmos que para o curso médio agrícola, salvo o disposto no parágrafo 2.º deste artigo.

§ 1.º A distribuição de ensino pelo ano lectivo é a que consta do artigo 20.º deste decreto.

§ 2.º As aulas do curso pedagógico iniciam-se a 1 de Outubro, devendo portanto os alunos comparecer nas escolas nesse dia.

Art. 95.º Observar-se hão para o curso pedagógico, em matéria de frequência, os preceitos estabelecidos neste decreto para o curso médio agrícola, na parte aplicável, de acordo com a índole do curso.

SECÇÃO III

Passagens de ano Exames e provas de aptidão profissional

SUBSECÇÃO I

Curso médio agrícola

Art. 96.º Os alunos não fazem exames por disciplinas, mas três exames apenas em todo o curso, um no termo do 2.º ano, outro no fim do 5.º ano, os dois respeitantes à preparação geral, e o terceiro no fim do 7.º ano, abrangendo as matérias da preparação profissional e os complementos da preparação geral.

§ único. A aprovação nos exames de preparação geral nos 2.º e 5.º anos é condição essencial para a matrícula nos 3.º e 6.º anos, respectivamente.

Art. 97.º É condição indispensável para admissão à matrícula nos 2.º, 4.º, 5.º, e 7.º anos do curso ter obtido nota de passagem respectivamente no ano precedente.

§ único. Para o efeito do apuramento anual de que trata este artigo reunirão os conselhos escolares logo de-

pois de encerradas as aulas em Junho, apreciando em conjunto as notas do aproveitamento mensal respeitantes a cada aluno; e é dessa apreciação, devidamente rectificada com as impressões firmadas no fim da segunda época, que depende a passagem dos alunos ao ano imediato.

Art. 98.º Os exames realizam-se numa só época, durante o mês de Julho.

§ único. Mediará entre o encerramento das aulas e o começo dos exames um período de dez dias.

Art. 99.º Para serem admitidos a exame deverão os alunos ter obtido, no apuramento geral feito em Conselho Escolar, nota de habilitação equivalente à consignada no artigo 97.º

Art. 100.º O resultado do exame é sempre função das provas dadas durante o acto e das notas anuais de aproveitamento.

§ 1.º No livro de registo do resultado dos exames para a preparação geral consignar-se há apenas se o aluno foi aprovado ou reprovado.

§ 2.º Para os exames finais do curso usar-se há duma classificação em mérito relativo expressa em valores de 10 a 20 correspondendo os valores de 10 a 14 á nota de *suficiente*, os de 15 a 17 á nota de *bom*, e os de 18 a 20 á nota de *muito bom*.

§ 3.º As classificações a que se refere o parágrafo anterior são o resultado da apreciação em conjunto de todas as provas que constituem cada exame.

Art. 101.º Os exames constam de provas teóricas e práticas, podendo recorrer-se para umas e outras á exposição oral ou escrita, conforme a natureza das disciplinas.

§ 1.º Os exames são vagos, sem sujeição a ponto.

§ 2.º As provas práticas precedem sempre as provas teóricas e são eliminatórias, devendo abranger todas as disciplinas em que possam verificar-se.

§ 3.º As provas práticas de carácter profissional são as provas de aptidão a que se refere o artigo 105.º deste decreto.

Art. 102.º As provas teóricas orais durarão 10 a 15 minutos para cada disciplina; as provas teóricas escritas e as provas práticas durarão o tempo julgado necessário pelo júri.

Art. 103.º Para as provas teóricas o júri dos exames dos 2.º e 5.º anos é constituído por todos os professores; o dos do 7.º é constituído pelos professores técnicos e pelos professores dos ciclos de preparação geral e complementar em cujas disciplinas hajam os alunos de ser examinados; preside a ambos os júris o director de cada escola.

Art. 104.º Para as provas práticas os júris são constituídos pela maneira indicada no artigo anterior, sempre que isso seja praticável; no caso contrário, formar-se hão delegações daquelles júris, compostas no mínimo de 3 professores, um dos quais será sempre o professor da respectiva disciplina.

§ único. Destas delegações fará sempre parte, pelo menos, um professor técnico, que presidirá quando seja o único dessa categoria; em caso diverso presidirá o técnico mais antigo.

Art. 105.º No decorrer dos dois últimos anos do curso os alunos prestarão provas da sua aptidão profissional na execução e direcção de trabalhos praticos, marcadas essas provas em harmonia com a sucessão dos diversos serviços no ano agrícola.

§ 1.º Os júris para estas provas são constituídos nos termos do artigo 104.º deste decreto e poderão agregar-se-lhes lavradores das proximidades, mediante convite das direcções das escolas.

§ 2.º As provas de aptidão profissional abrangem especificadamente os seguintes serviços:

a) Análise mecânica e física das terras, procedida da

colheita de amostras; análise qualitativa de adubos e análise hidrométrica das águas;

b) Lavoura ordinária e a vapor; armação de terras. Medição do esforço exigido na lavoura com diversos instrumentos. Avaliação da superfície lavrada por dia e da terra revolvida. Regulação das máquinas aratórias de lavoura. Montagem e trabalho com as diversas máquinas de preparação e limpeza das terras;

c) Montagem, regulação e trabalho com as máquinas de semear e com os distribuidores de adubos;

d) Montagem, regulação e trabalho com as gadanheiras e ceifeiras;

e) Trabalho de debulha, principalmente com a debulhadora a vapor. Enfardamento do palhas e feno. Limpeza e selecção de sementes e montagem das respectivas máquinas. Construcção duma cira;

f) Poda e empa da vinha;

g) Enxertia da vinha;

h) Amanhos e tratamentos da vinha; composição e aplicação de fungicidas e insecticidas;

i) Vindima e vinificação;

j) Destilação de vinho, agua-pé e bagaço;

k) Fabrico de azeite;

l) Fabrico de manteiga, queijos e requeijão;

m) Poda de árvores de fruto;

n) Enxertia de árvores de fruto;

o) Apicultura e sericicultura;

p) Avaliação pelos meios mais práticos da altura e volume das árvores; uso das tabelas de cubagem;

q) Conhecimento das árvores; arbustos e plantas herbáceas da região;

r) Reconhecimentos das principais doenças das plantas cultivadas;

s) Agrimensura, levantamentos e nivelamentos;

t) Trabalho com os diversos motores;

u) Irrigações. Drenagem;

v) Atrelagem, apeiragem e condução de gado em serviços agrícolas; conhecimento das diversas peças de arreios; equitação;

x) Resenha de qualquer animal das espécies cavalari, bovina, suína e ovina;

y) Valorização de qualquer animal das espécies citadas na alínea anterior pelo método dos pontos;

z) Determinação prática das condições de exploração de qualquer das espécies pecuárias existentes nas escolas.

Art. 106.º Será excluído da frequência da escola o aluno que em dois anos sucessivos não obtiver nota de passagem ou aprovação, conforme os casos, para a matrícula no ano imediato.

Art. 107.º O aluno que não comparecer a exame no dia designado só poderá ser admitido a novo exame na mesma época, quando presente ao conselho escolar uma justificação, julgada bastante, da sua falta.

Art. 108.º Aos diplomados com distinção (classificação de *muito bom*) no exame final do curso, mediante proposta do conselho escolar de cada escola, poderão ser facultadas pensões para seguirem cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro.

SUB-SECÇÃO II

Curso pedagógico

Art. 109.º As provas finais do curso pedagógico realizam-se no mês de Julho, depois do dia 10, nas escolas nacionais de agricultura.

Art. 110.º As provas a que se refere o artigo anterior constam:

1.º De uma exposição durante meia hora sobre uma questão de metodologia do ensino de hygiene ou de organização escolar.

2.º De uma lição dada a uma classe primária rural,

sobre qualquer assunto dos respectivos programas, e de duração não superior a 20 minutos.

§ único. Em seguida às provas, e com respeito a cada uma delas, será o aluno interrogado pelo professor do grupo pedagógico pelo tempo máximo de meia hora.

Art. 111.º As provas serão dadas perante um júri constituído por todos os professores da escola, o qual as apreciará, atribuindo aos alunos as notas de *aprovado* ou *reprovado*.

Art. 112.º Quando os alunos sejam aprovados, o júri, tendo em conta as provas finais, as de frequência durante o ano e a aptidão real dos alunos para o ensino, gradua-las há por valores de 10 a 20, conforme o disposto no § 2.º do artigo 100.º

Art. 113.º Ao aluno que não comparecer a exame será aplicado o disposto no artigo 107.º deste decreto.

Art. 114.º Do resultado dos exames se fará registo em livro especial.

SECÇÃO IV

Cartas e certidões

SUBSECÇÃO I

Curso médio agrícola

Art. 115.º As cartas do curso do engenheiro agrícola serão passadas em nome dos conselhos escolares, assinadas pelos directores, pelos secretários dos mesmos conselhos e pelos impetrantes, depois de pagos por estes os respectivos selos.

Art. 116.º Nas cartas indicar-se há com o nome, filiação e naturalidade do aluno, a classificação por elle obtida no exame final do curso, expressa nos termos do § 2.º do artigo 100.º que dará a medida do seu valor profissional geral.

§ único. Quando um aluno tenha manifestado em qualquer ramo de serviço técnico especial aptidão, a ela se fará referência na sua carta de curso.

Art. 117.º As cartas serão seladas com o selo de verba e com o selo branco das escolas.

Art. 118.º Nenhuma carta será passada sem que o requerente se mostre quite com a Fazenda Nacional, pelas suas prestações trimestrais e por quaisquer despesas feitas na escola ou que esta mandasse fazer por conta do aluno.

Art. 119.º O requerimento em que fôr pedida a carta será feito pelo impetrante ou por seu procurador idóneo, devendo a assinatura ser reconhecida por official público.

Art. 120.º As escolas só podem passar uma carta para cada aluno, salvo os casos previstos nas leis.

Art. 121.º Passar-se hão certidões de exames, de frequência e de comportamento, a requerimento do interessado ou de seu procurador idóneo.

§ único. As cartas e certidões são requeridas aos directores das escolas.

SUB-SECÇÃO II

Curso pedagógico

Art. 122.º Observar-se há para o curso pedagógico, em matéria de cartas e certidões, o disposto na subsecção I, da secção IV, deste decreto na parte aplicável.

TÍTULO V

Serviços

CAPÍTULO I

Designação dos serviços

Art. 123.º Os serviços das escolas nacionais de agricultura são de duas categorias:

- a) Serviços de educação e instrução geral e técnica;
- b) Serviços económicos e administrativos.

Art. 124.º Aos serviços de educação e de instrução geral e técnica correspondem essencialmente: o exercício do ensino a cargo dos professores e do pessoal auxiliar, levado a efeito no colégio, nas aulas, nos laboratórios e gabinetes e nas oficinas postas em funcionamento para aquele fim, bem como os serviços de exploração sob o ponto de vista experimental e demonstrativo.

Art. 125.º Os serviços económicos e administrativos compreendem essencialmente: os serviços de exploração, sob o ponto de vista especulativo, os de guarda e conservação de produtos, os de compra, venda e troca e todos os serviços de escrituração e contabilidade.

CAPÍTULO II

Organização geral dos serviços — Secções

Art. 126.º Os serviços são organizados por secções a cargo dos professores, nos termos dos artigos seguintes, havendo em cada uma delas uma parte de ensino e uma parte de administração.

Art. 127.º Os serviços de educação e instrução geral e os da parte administrativa correspondente, constituem a secção de ensino geral, cujo chefe será o professor regente do internato.

Art. 128.º Além da secção de que trata o artigo anterior, haverá em cada escola nacional de agricultura oito secções técnicas, a cargo dos professores técnicos, abrangendo cada uma delas, com os serviços de ensino técnico da cadeira distribuída ao professor chefe da secção, a parte dos serviços económicos e administrativos que aos assuntos dessa cadeira diga respeito.

Art. 129.º As secções técnicas, são as seguintes:

- 1.ª Secção de mecânica agrícola e construções rurais;
- 2.ª Secção dos serviços topográficos;
- 3.ª Secção dos serviços de hidráulica agrícola;
- 4.ª Secção de culturas lenhosas;
- 5.ª Secção de culturas arvenses;
- 6.ª Secção de patologia vegetal;
- 7.ª Secção de tecnologia agrícola;
- 8.ª Secção dos serviços pecuários.

§ único. O funcionamento das secções exige uma inteira concordância entre todas, por maneira que resulte um conjunto harmónico de serviços. As três primeiras secções, em especial, são por sua natureza essencialmente auxiliares das restantes.

Art. 130.º Funcionam à parte dos serviços das secções, com subordinação imediata à direcção da escola:

- 1.º Os serviços da secretaria dos conselhos de professores a cargo do secretário dos mesmos conselhos;
- 2.º Os serviços da secretaria da escola a cargo do secretário;
- 3.º Os serviços da tesouraria a cargo do encarregado do cofre.

Art. 131.º Funcionam igualmente à parte das secções e com subordinação imediata ao conselho técnico, os serviços de armazéns, a cargo do técnico auxiliar da secção de tecnologia agrícola, nos termos do artigo 140.º, § 1.º

Art. 132.º Para o custeio dos diferentes serviços, far-se há, no começo de cada ano económico, a distribuição das verbas da dotação e rendimentos próprios da Escola.

Art. 133.º O modo de funcionamento dos diversos serviços é o que resulta das atribuições marcadas por este decreto ao pessoal que neles intervêm, cumprindo aos diferentes chefes, para o detalhe, elaborar as respectivas instruções.

§ 1.º A secretaria da escola estará aberta todos os dias úteis, das dez às dezasseis horas, com a assistência de todo o seu pessoal.

§ 2.º Em casos extraordinários, por determinação do

director, a secretaria fechará mais tarde, conservando-se ali o pessoal julgado necessário.

§ 3.º A doutrina dos §§ 1.º e 2.º d'este artigo applica-se ao funcionamento dos serviços da tesouraria.

§ 4.º O serviço de armazéns é permanente dentro do período a que se refere o § 1.º d'este artigo.

§ 5.º Sempre que seja necessário, deverão o encarregado do cofre e o dos armazéns comparecer nos dias feriados para satisfazer qualquer requisição urgente de fundos ou de artigos confiados à sua guarda.

TÍTULO VI

Instalações

Art. 134.º Para a execução dos diferentes serviços haverá nas escolas nacionais de agricultura as seguintes instalações:

Edifícios das Secretarias;
Edifícios do colégio;
Edifícios das aulas;
Biblioteca;
Laboratórios de física, de química, de botânica, de zoologia, de patologia vegetal, de mecânica agrícola, de mineralogia e geologia;
Gabinete de topografia;
Pósto meteorológico;
Officinas vinícolas;
Officinas de destilação;
Officinas de preparação de conservas e de secagem e conservação de frutas e legumes;
Officinas oleícolas;
Leitaria;
Sergaria e oficina sericícola;
Apiario;
Estufas para culturas forçadas;
Officinas mecânicas;
Galeria de máquinas agrícolas;
Museu agrícola;
Alojamentos de animais domésticos;
Aviário;
Picadeiro;
Montureiras e nitreiras;
Armazéns;
Silos e as demais que forem julgadas indispensáveis.
§ único. Em local apropriado, nas escolas que a isso se prestem, será estabelecido um pósto piscícola para prática de aquicultura.

TÍTULO VII

Pessoal

CAPÍTULO I

Designação do pessoal — Sua situação

Art. 135.º Haverá nas escolas nacionais de agricultura o seguinte pessoal docente:

1 director, professor do grupo técnico;
7 professores do grupo técnico;
1 professor do grupo pedagógico;
1 professor de sciências sociais, que será cumulativamente regente do internato;
1 professor de hygiene humana, que será cumulativamente o médico da escola;
2 professores de português e latim;
1 professor de inglês;
1 professor de francês;
1 professor de desenho e trabalhos manuais;
1 professor de gymnástica;
1 professor de música e canto coral;
1 professor de equitação;

1 professor de ensino primário, para a escola primária anexa;

§ 1.º Fica às escolas a faculdade de contratar, precedendo autorização superior, dois professores respectivamente para o ensino de desenho e de trabalhos manuais, quando não encontre individuo competente para aquele ensino conjunto.

§ 2.º Poderão também as escolas contratar, depois de superiormente autorizadas, os demais professores que venham a ser julgados necessários à perfeita execução dos serviços.

§ 3.º Os professores do grupo técnico terão a designação de professores técnicos.

§ 4.º Dos professores técnicos seto serão engenheiros agrónomos ou engenheiros silvicultores e 1 será médico veterinário.

§ 5.º Os professores de línguas estrangeiras serão respectivamente um francês e um inglês.

§ 6.º O professor primário, quando pertença ao quadro dos professores primários officiais, servirá em comissão, sem prejuizo do acesso no respectivo quadro e da contagem do tempo para a reforma.

Art. 136.º Constituir-se hão em cada escola dois conselhos de professores: o Conselho Escolar e o Conselho Técnico.

Art. 137.º Comporão o Conselho Escolar o director, que presidirá, os professores dos grupos técnico e pedagógico, os professores de sciências sociais, de hygiene humana, de línguas e de desenho.

§ único. Este conselho é a entidade competente para consultar sobre todas as questões que digam immediatamente respeito ao ensino, devendo, como tal, ser sempre ouvido.

Art. 138.º Formarão o conselho técnico o director, que presidirá, e os professores técnicos.

Art. 139.º Os dois conselhos de professores terão o mesmo secretário, que será o professor técnico mais moderno.

Art. 140.º Haverá também em cada escola:

a) Para os serviços técnicos, 8 técnicos auxiliares, assim distribuidos:

1 para as officinas mecânicas;
1 para topografia e serviços hidráulicos;
1 para officinas tecnológicas;
1 para laboratórios;
1 para serviços pecuários;
1 para culturas herbáceas;
1 para culturas lenhosas;
1 para a escola primária anexa.

b) Para os serviços de administração:

1 secretário;
1 official de secretaria;
1 contabilista;
2 amanuense;

formando o pessoal da secretaria;

2 ajudantes do professor regente do internato, formando o pessoal do colégio.

§ 1.º O técnico auxiliar da secção de tecnologia agrícola terá a seu cargo o serviço de armazéns.

§ 2.º Quando numa escola exista o pósto piscícola de que trata o parágrafo único do artigo 134.º, prestará nele serviço o tecnico auxiliar de culturas lenhosas.

Art. 141.º Existirá em cada escola o seguinte pessoal menor:

a) Com caracter de permanência e no mínimo:
4 guardas de aulas;
5 serventes;
6 guardas rurais;
1 práctico vitícola;
1 mestre carpinteiro;
1 mestre serralheiro;
1 mestre ferrador;

b) Sem carácter de permanência o demais pessoal necessário à execução dos diferentes serviços.

Art. 142.º Para o efeito da situação o pessoal das escolas classifica-se do seguinte modo:

Pessoal fixo, pessoal contratado e pessoal jornalheiro.

§ 1.º O pessoal fixo abrange o director e professores dos grupos técnico e pedagógico, os professores de preparação geral, técnicos auxiliares e funcionários menores permanentes, que tiverem sido nomeados definitivamente nas condições dos artigos 170.º, 173.º e 176.º e os funcionários dos serviços administrativos.

§ 2.º O pessoal contratado compreende os restantes professores, técnicos auxiliares e funcionários menores permanentes.

§ 3.º O pessoal jornalheiro é constituído pelo pessoal menor sem carácter permanente.

CAPÍTULO II

Admissão do pessoal

SECÇÃO I

Direcção

Art. 143.º Os directores das Escolas Nacionais de Agricultura serão nomeados pelo Governo de entre os engenheiros agrónomos e silvicultores professores efectivos do grupo técnico, sob proposta dos respectivos conselhos escolares, apresentada em lista triplice, e servirão por quatro anos.

§ único. Se os conselhos escolares por dois terços, pelo menos, de votos decidirem a indicação do mesmo nome no fim de cada período de quatro anos, dar-se-há a recondução, se esta fôr sancionada pelas instâncias superiores.

Art. 144.º Quando os conselhos escolares das escolas nacionais de agricultura, constituídos pelos professores fixos efectivos e duas vezes convocados para a eleição, não escolherem um dos seus vogais para director por dois terços, pelo menos, de votos, poderá a escolha dos mesmos conselhos recair em qualquer outro diplomado pelas diversas organizações do Instituto Superior de Agronomia, que seja professor nessa escola superior ou pertença aos quadros do Ministério da Agricultura.

SECÇÃO II

Professores

SUB-SECÇÃO I

Professores técnicos

Art. 145.º O provimento dos professores técnicos é feito por escolha do conselho técnico de cada escola com a aprovação de, pelo menos, $\frac{4}{5}$ dos seus membros em efectivo serviço, de entre os diplomados pelas escolas superiores nacionais de agronomia e medicina veterinária, em quem se reconheçam as qualidades essenciais para o exercício do professorado. Esta escolha deverá ser confirmada pelo Governo.

Art. 146.º Quando o conselho técnico, por $\frac{4}{5}$ de votos conformes, não indique candidato, será aberto concurso de provas públicas na escola onde houver vaga e perante um júri constituído segundo o artigo 149.º

Art. 147.º Para o efeito do disposto no artigo anterior, a direcção da escola onde houver vaga convocará o respectivo conselho técnico para se proceder à organização do programa de concurso, o qual será enviado às estações superiores para ser publicado.

Art. 148.º O prazo do concurso será de 60 ou 90 dias, segundo fôr determinado no programa, contados do imediato àquele em que se fizer a primeira publicação no *Diário do Governo*.

Art. 149.º O concurso será feito perante um júri constituído por todos os professores técnicos e pelo professor do grupo pedagógico da escola em que exista a vaga, podendo agregar-se-lhes professores do Instituto Superior de Agronomia ou da Escola de Medicina Veterinária, sob proposta do conselho técnico e com a anuência daquelas escolas de ensino superior.

§ 1.º A este júri presidirá o director da Escola.

§ 2.º O júri não poderá funcionar, sem que estejam presentes dois terços dos seus vogais.

Art. 150.º Os candidatos que pretenderem ser admitidos ao concurso apresentarão na secretaria do conselho técnico dentro do prazo que fôr fixado, nos termos do artigo 148.º, os seus requerimentos instruídos com os seguintes documentos:

1.º Atestado de bom comportamento passado pelo administrador do conselho ou bairro onde houverem residido nos dois últimos anos;

2.º Certidão do registo criminal;

3.º Certidão de terem satisfeito as leis do recrutamento;

4.º Carta do curso de engenheiro a rónimo ou de engenheiro silvicultor ou, tratando-se da cadeira de higiene e zootecnia, de médico veterinário.

§ 1.º Além dos documentos exigidos, os candidatos podem juntar os demais que comprovem o seu mérito científico e serviço público prestado.

§ 2.º É primeira condição de preferência a considerar o diploma que, porventura, tenham os candidatos, de habilitação ao magistério secundário.

§ 3.º Os candidatos serão submetidos a prévia inspecção de três médicos, um dos quais será o da escola, e que atestarão se os inspecionados não sofrem de doença contagiosa, se têm suficiente robustez e se não apresentam lesão ou defeito que os torne incapazes de bem exercer o seu cargo.

Art. 151.º Findo o prazo marcado no artigo 148.º, o director da Escola convocará o júri para a admissão dos candidatos, elaboração dos pontos, e para o mais que lhe cumpra, relativo ao concurso.

Art. 152.º As provas de concurso consistirão:

1.º Na apresentação de uma dissertação impressa sobre matéria escolhida pelos candidatos, de entre os assuntos das disciplinas compreendidas no grupo a que concorrem, e na defesa dessa dissertação;

2.º Em uma lição oral durante uma hora, seguida de uma discussão ou interrogatório sobre o assunto da lição durante outro tanto tempo e para a qual se tirará ponto 24 horas antes da prova;

3.º Em lições práticas, segundo a índole do grupo a concurso. O número e a natureza destas lições serão fixadas pelo conselho técnico no respectivo programa do concurso, podendo uma das lições ser prestada perante uma classe de alunos, para mais directa apreciação das aptidões do candidato para o ensino.

Art. 153.º Os pontos para a lição oral, em número de trinta, compreenderão assuntos que se relacionem com as disciplinas do grupo posto a concurso e estarão patentes na secretaria do conselho técnico por espaço de vinte dias, antes de começarem as provas.

Art. 154.º Nenhum ponto pode repetir-se no mesmo concurso, nem o assunto da dissertação pode ser objecto de ponto para a lição oral.

Art. 155.º Havendo mais de um candidato ao mesmo grupo poderão até dois candidatos prestar lição oral no mesmo dia. Neste caso, o ponto será comum, não podendo o segundo candidato ouvir o primeiro.

Art. 156.º O ponto sobre que haja de recair cada prova prática será tirado à sorte uma hora antes de se prestar a prova, de entre dez pontos que estarão patentes durante os vinte dias designados no artigo 153.º

§ único Só será tirado à sorte por cada prova um

ponto prático para todos os candidatos de cada grupo, os quais farão as respectivas lições no mesmo dia perante o júri, que deverá interrogar sobre o assunto do ponto.

Art. 157.º O candidato que faltar a tirar o ponto ou a alguma das provas no dia e hora marcados, sem ter prevenido e justificado a falta perante o presidente do júri, perde o direito ao concurso.

§ 1.º Se, por motivo justificado, algum candidato faltar a alguma prova para que houvesse tirado ponto, ou por doença seja obrigado a interrompê-la, deverá, quando admitido a outra prova, tirar novo ponto.

§ 2.º Se as provas do concurso forem interrompidas, não se repetem as já dadas.

Art. 158.º Finda a última prova, procederá o júri imediatamente à votação sobre o mérito absoluto de cada candidato, a qual se fará por escrutínio secreto.

§ único. O candidato cuja votação não atingir a maioria absoluta de esferas brancas dos vogais presentes, considerar-se-há adiado.

Art. 159.º Quando houver mais de dois candidatos, é preciso que um deles reúna, em mérito relativo, a maioria absoluta de esferas brancas, o que se obtém em votações sucessivas, excluindo-se em cada uma destas os menos votados na votação imediatamente anterior.

Art. 160.º Feita a classificação dos candidatos, o presidente do júri fará lavrar a respectiva acta pelo secretário do conselho técnico e dela enviará cópia às estações superiores, juntamente com a proposta de nomeação do candidato escolhido.

Art. 161.º Os professores que venham a ser providos no grupo técnico serão confirmados no fim de dois anos de exercício, se houverem demonstrado zelo e competência no desempenho das suas funções.

Art. 162.º Findo o tirocinio de dois anos, o conselho técnico procederá a votação por escrutínio secreto e redigirá um parecer que será enviado ao Governo, sobre se o provimento se deve tornar definitivo ou se deve abrir-se novo concurso.

§ único. Não tomarão parte neste conselho os professores técnicos não confirmados.

SUBSECÇÃO II

Professores do grupo pedagógico

Art. 163.º Para o provimento dos professores do grupo pedagógico observar-se-há o que se dispõe na subsecção anterior para o provimento dos professores técnicos, salvo o disposto nos artigos seguintes desta subsecção.

Art. 164.º Aos professores do grupo pedagógico é exigido o diploma do curso de habilitação ao magistério normal primário, organizado pelo decreto de 21 de Maio de 1911.

Art. 165.º Do júri para os concursos do grupo pedagógico farão sempre parte dois professores das escolas normais superiores, os quais argumentarão sobre os assuntos da sua especialidade.

Art. 166.º As provas do concurso consistirão:

1.º Em duas lições orais, durante uma hora cada uma, seguidas de discussão ou interrogatório durante outro tanto tempo, e para as quais o candidato tirará ponto vinte e quatro horas antes de as realizar.

2.º Em trabalhos práticos sobre assuntos do grupo pedagógico, com aplicação do que dispõe o n.º 3 do artigo 152.º

Art. 167.º Os pontos para as lições orais serão em número de 30, versando 15 sobre matérias do grupo pedagógico, na parte de ensino geral, e outros 15 sobre assuntos de agricultura geral e respectiva metodologia de ensino nas escolas primárias rurais e nas escolas elementares de agricultura.

§ único. Todos estes pontos estarão patentes na se-

cretaria do conselho técnico por espaço de vinte dias antes de começarem as provas.

SUBSECÇÃO III

Professores contratados

Art. 168.º A primeira admissão dos professores contratados será por um ano e a escolha e contrato serão feitos pelas escolas, precedendo autorização superior entre os indivíduos de reconhecida competência no mester que são chamados a desempenhar.

Art. 169.º No fim do ano lectivo a que se refere o primeiro contrato, mencionado no artigo anterior, a escola informará, desde logo, por meio de parecer do Conselho Escolar, precedido de votação feita por esferas brancas e pretas, quais as aptidões e zelo dos contratados, podendo, no caso de votação favorável, ser renovado o contrato até três anos e assim sucessivamente.

Art. 170.º Os professores contratados, desde que sirvam nas escolas durante sete anos sucessivos de contrato, têm direito, sendo nacionais ou estrangeiros nacionalizados, nos termos da lei vigente e sob proposta do Conselho Escolar adoptada por dois terços de votos, a serem nomeados definitivamente e aposentados nos termos do decreto n.º 1 de 17 de Julho de 1886, e ser-lhes há contado, para os efeitos da sua aposentação, todo o tempo de contratados.

§ único. A cota para a Caixa de Aposentações para os professores a que se refere este artigo será de 10 por cento sobre a totalidade dos seus vencimentos fixos, desde a data das suas nomeações definitivas até perfaçerem, como contribuintes, período igual ao que tenham servido na qualidade de contratados, sendo-lhes seguidamente reduzida a cota à percentagem fixa de 5 por cento.

Art. 171.º Os auxiliares do ensino, contratados para os fins do artigo 65.º, § 2.º, não terão direito a nomeação definitiva, nem tomarão parte nas sessões do Conselho Escolar, mas poderão ser reconduzidos, se assim se julgar necessário.

SECÇÃO III

Pessoal técnico auxiliar

Art. 172.º O pessoal técnico auxiliar será constituído por diplomados com o curso médio agrícola, devendo os técnicos que se destinem ao serviço de topografia, laboratórios, pecuária, silvicultura e ensino primário agrícola, mostrar-se habilitados com os respectivos cursos de especialização designados nos artigos 11.º e 12.º deste decreto.

§ único. Quando não haja técnicos especializados, poderão os serviços mencionados neste artigo ser desempenhados por engenheiros agrícolas, agricultores ou regentes sem a habilitação acima referida.

Art. 173.º O pessoal técnico auxiliar servirá nas escolas por contrato, nas condições dos artigos 168.º e 170.º, devendo a proposta para a nomeação definitiva ser feita pelo conselho técnico e não pelo Conselho Escolar.

SECÇÃO IV

Pessoal de administração

Art. 174.º O provimento de pessoal de administração será feito por concurso de provas públicas escritas, aberto na escola em que houver vaga, pelo prazo de trinta dias.

Art. 175.º O júri destes concursos será constituído por uma delegação do conselho técnico, presidida pelo director, incumbindo-lhe a organização dos respectivos

programas, que serão enviados às estações superiores para serem publicados no *Diário do Governo*.

Art. 176.º A vaga de secretário só poderão concorrer indivíduos habilitados com os cursos de engenheiro agrícola, agricultor diplomado, ou regente agrícola pela nova e anteriores organizações.

Art. 177.º As vagas de oficial, contabilista e amanuenses poderão concorrer os indivíduos habilitados com os cursos de engenheiro agrícola, agricultor ou regente agrícola e ainda os que tiverem o curso geral dos liceus, sendo porém preferidos os primeiros.

Art. 178.º Os concorrentes deverão instruir os seus requerimentos com as cartas ou certificados dos seus cursos e com os documentos designados nos números 1.º, 2.º e 3.º do artigo 150.º deste decreto.

Art. 179.º As provas do concurso constarão de uma prova escrita durante duas horas sobre um ponto tirado à sorte e de um interrogatório durante meia hora sobre o assunto da prova escrita ou com ela relacionado.

§ único. Para os pormenores deste concurso e regras a seguir observar-se há o disposto para o concurso dos professores técnicos na parte aplicável.

Art. 180.º Feita a classificação, pelo júri, dos concursos será o resultado comunicado às estações superiores para os devidos efeitos.

Art. 181.º Poderá o conselho técnico de cada escola prescindir do concurso, sempre que achio preferível promover o pessoal de administração por escolha, a qual deverá recair em indivíduos de reconhecida competência, satisfazendo as condições dos artigos 176.º e 177.º e ser feita por dois terços, pelo menos, de votos conformes e confirmada pelo Governo em decreto de nomeação.

Art. 182.º É aplicável ao pessoal de administração o disposto nos artigos 161.º e 162.º

SECÇÃO V

Pessoal menor

Art. 183.º A admissão do pessoal menor permanente de que trata o artigo 141.º será por contrato, o primeiro por período de um ano, e os seguintes por períodos cuja duração poderá ir até cinco anos.

Art. 184.º A escolha deste pessoal incumbe ao conselho técnico de cada escola e far-se-há entre indivíduos de reconhecida competência no mester que são chamados a desempenhar.

Art. 185.º Nos respectivos contratos outorgarão os directores das escolas, devidamente autorizados pelas estações superiores.

Art. 186.º Quando o conselho técnico o propuser, serão os funcionários do quadro do pessoal menor, no fim de seis anos de bom serviço, ou antes, nomeados definitivamente, applicando-se-lhes o disposto no artigo 170.º e seu parágrafo deste decreto.

Art. 187.º A admissão do pessoal jornalheiro é feita pelo chefe das secções em harmonia com as necessidades dos diferentes serviços.

CAPITULO III

Atribuições do pessoal

SECÇÃO I

Direcção

Art. 188.º Compete ao director:

1.º Superintender sob sua directa responsabilidade, independentemente de ordem superior, no funcionamento da escola e especialmente na educação dos alunos, bem como nos serviços das secções, de modo a manter-se a

mais perfeita concordância entre elas e com o plano de exploração aprovado pelo conselho técnico.

2.º Presidir aos conselhos de professores.

3.º Presidir aos júris dos concursos para a admissão do pessoal.

4.º Corresponder-se com o director dos serviços de instrução agrícola em objecto de serviço que necessite de resolução superior.

5.º Corresponder-se com as autoridades judiciais, administrativas e militares e bem assim com as entidades oficiais, sociedades e particulares em objecto de serviço.

6.º Dar parecer sobre os negócios que haja de remeter para resolução superior ou que a direcção dos serviços de instrução agrícola lhe envie para informar.

7.º Apresentar aos conselhos de professores todos os documentos que a estes incumba apreciar o em especial os requerimentos para a admissão às matrículas, lançando neles o respectivo despacho, em harmonia com as deliberações do Conselho Escolar.

8.º Reger a cadeira de organização e administração da empresa agrícola, contabilidade e organização associativa.

9.º Vigiar se a escrituração relativa à contabilidade da escola está em dia e feita de acôrdo com as normas estabelecidas pelo conselho técnico.

10.º Fiscalizar o emprêgo das verbas destinadas aos diversos serviços da escola e, especificadamente, autenticar com o seu visto os documentos externos de receita e despesa e examinar todos os documentos do movimento mensal dos diferentes serviços da escola, depois de conferidos pelo secretário da escola, comunicando ao Conselho Técnico, nas suas sessões ordinárias, com as suas impressões de fiscal, os resumos daquele movimento, acompanhados dos documentos relativos que julgue necessário apresentar.

11.º Presidir aos júris dos exames dos alunos;

12.º Ordenar as convocações dos conselhos escolar e técnico.

13.º Fazer cumprir as deliberações dos conselhos;

14.º Fazer expedir pelas secretarias toda a correspondência concernente aos diversos serviços;

15.º Ordenar as convocações dos júris dos concursos;

16.º Enviar anualmente ao director dos serviços de Instrução Agrícola, com o anuário de que trata o artigo 202.º, um relatório acerca da situação da escola, em que consigne as medidas a adoptar para o seu bom funcionamento;

17.º Fazer os avisos e convites a que se referem os artigos 93.º e 105.º deste decreto;

18.º Autorizar todas as cartas e certidões que tenham de ser passadas pelas secretarias;

19.º Rubricar todos os livros destinados à escrituração das secretarias e fiscalizar essa escrituração;

20.º Contratar, com a devida autorização superior, o pessoal permanente;

21.º Conceder licenças ao pessoal da escola até oito dias seguidos ou não, em cada ano lectivo, ouvido o respectivo chefe de serviço;

22.º Aplicar as penas que por lei são da sua competência;

23.º Tomar todas as providências que julgar convenientes em caso de urgência.

§ 1.º Quando a acumulação de serviço ou outra justa causa impedir o director da regência mencionada em o n.º 8 deste artigo, o Conselho escolar atribuirá essa regência a um professor técnico que por ela perceberá a cota parte da gratificação correspondente ao número de dias em que der aulas.

§ 2.º O director poderá, quando o julgar conveniente, ordenar ou suspender quaisquer serviços ou despesas das diversas secções, comunicando oportunamente o seu acto

em conselho técnico, se houver inobservância do plano de exploração ou se se tratar de casos nele imprevisos.

Art. 189.º Substitui o director nos seus impedimentos o engenheiro agrónomo ou engenheiro silvicultor, professor técnico mais antigo, recebendo por isso a cota parte da respectiva gratificação.

SECÇÃO II

Conselhos de professores — Secretaria dos conselhos

SUB-SECÇÃO I

Conselho Escolar — serviços de secretaria

Art. 190.º O Conselho Escolar constituído nos termos do artigo 137.º, reunirá em sessão ordinária uma vez por mês, até o dia 10, e em sessão extraordinária sempre que o director o julgue necessário ou quando lhe seja solicitado por qualquer vogal, declarando este qual o assunto a tratar para o efeito da convocação.

Art. 191.º A convocação dos vogais para as sessões do Conselho será feita por escrito, designando-se o dia, a hora e bem assim o assunto a tratar.

Art. 192.º No impedimento do director preside ao Conselho o professor que o substitua, nos termos deste decreto.

Art. 193.º No impedimento do secretário desempenhará as funções que lhe competem o professor técnico mais moderno, presente à sessão.

Art. 194.º Qualquer vogal que faltar à sessão deverá justificar a sua falta perante a presidência.

Art. 195.º O Conselho só poderá funcionar quando estiver presente a maioria dos seus vogais em actividade de serviço.

§ único. Sempre que, depois de feita a primeira convocação, se não reunir número suficiente para o Conselho funcionar, será feita segunda convocação, podendo então deliberar o Conselho com um terço dos seus membros em actividade de serviço.

Art. 196.º Todos os assuntos submetidos à deliberação do Conselho serão resolvidos por maioria de votos.

§ único. Os vogais do Conselho não poderão abster-se nas votações.

Art. 197.º Todos os assuntos que envolverem interesse pessoal serão votados por escrutínio secreto.

Art. 198.º De todas as sessões do Conselho serão lavradas actas que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pelo presidente e vogais presentes.

Art. 199.º Qualquer vogal poderá fazer inserir na acta a declaração do seu voto.

Art. 200.º Nas consultas que subirem ao Governo deverão assinar todos os vogais presentes à sessão ou sessões em que se hajam tratado os respectivos assuntos, qualquer que seja o seu voto.

§ único. Qualquer vogal poderá fazer juntar à consulta a declaração do seu voto, fundamentado ou não.

Art. 201.º Qualquer professor que não faça parte do Conselho poderá ser ouvido em sessão sobre assuntos de ensino a seu cargo quando o Conselho assim o deliberar.

Art. 202.º Compete ao Conselho Escolar:

1.º Propôr às estações superiores tudo o que entenda dever contribuir para o melhoramento do ensino e crédito da escola.

2.º Duma maneira geral, resolver, de acôrdo com a lei, tudo o que disser respeito ao ensino.

3.º Dar parecer sobre os assuntos em que fôr consultado pelas estações superiores ou pela direcção da escola.

4.º Proceêder, por eleição, à escolha do professor técnico efectivo, engenheiro agrónomo ou engenheiro sil-

vicultor, que haja de ser proposto para director da escola;

5.º Informar superiormente para o efeito da recondução ou nomeação definitiva dos professores contratados;

6.º Fazer o apuramento mensal das faltas dos professores;

7.º Escolher o professor para o júri sanitário de que trata o artigo 48.º;

8.º Julgar das infracções disciplinares cometidas pelo pessoal docente da escola, nos termos das leis vigentes applicáveis;

9.º Tomar conhecimento dos requerimentos de admissão às matriculas e apreciar os documentos para a admissão de pensionistas;

10.º Deliberar sobre a substituição temporária de qualquer professor que esteja impedido de fazer serviço;

11.º Estabelecer as normas de viver escolar especificadamente, organizar o quadro da distribuição do tempo, os horários dos cursos e as refeições dos alunos;

12.º Discutir e aprovar os programas das disciplinas professadas nos cursos das escolas;

13.º Fazer o apuramento mensal das faltas e do aproveitamento dos alunos e reunir oportunamente para o apuramento das passagens do ano e admissões a exame;

14.º Apreciar a justificação de faltas dos alunos às aulas, aos trabalhos práticos e aos exames, bem como as suas reclamações sobre faltas ou notas de aproveitamento;

15.º Fixar dias para os exames;

16.º Constituir-se em júri para os exames do curso pedagógico e dos 2.º e 5.º anos do curso médio agrícola;

17.º Reunir, findos os exames, para classificar os alunos examinados;

18.º Fazer a apreciação das aptidões dos alunos com o fim de lhes serem passadas as respectivas cartas;

19.º Prepor ao Governo os alunos a que podem ser facultadas pensões para seguirem cursos de aperfeiçoamento no estrangeiro;

20.º Julgar das infracções disciplinares dos alunos nos termos deste decreto;

21.º Distribuir o ensino por épocas;

22.º Distribuir o ensino por cadeiras ou grupos e propôr superiormente quaisquer modificações dessa distribuição, feita em observância do disposto no § único do artigo 16.º deste decreto;

23.º Deliberar sobre tudo o que diga respeito às excursões de interesse geral, nos termos deste decreto;

24.º Deliberar sobre a admissão ao internato dos alunos normalistas e sobre a sua participação nos trabalhos, jogos e exercícios dos alunos do curso médio;

25.º Pronunciar-se sobre a permanência na escola dos alunos que tenham perdido o ano;

26.º Elaborar o *Anuário* da escola.

§ 1.º Para os efeitos dos n.ºs 4.º e 5.º deste artigo, são os professores que constituem o Conselho Escolar, só os professores fixos efectivos tomam parte nas sessões.

§ 2.º Para os efeitos do n.º 22.º, o Conselho será constituído por todos os professores fixos.

Art. 203.º Para a eleição de que trata o n.º 4.º do artigo anterior, observar-se hão os seguintes preceitos:

1.º A votação só poderá realizar-se, em primeira sessão, quando estejam presentes todos os vogais eleitores, e em sessões subsequentes, convocadas com intervalos de três dias, quando se achem presentes, pelo menos, todos os vogais professores técnicos;

2.º A votação far-se há por escrutínio secreto, distribuindo o presidente a cada vogal, não elegível, tantas listas quantos os professores elegíveis, contendo cada uma delas o nome de cada um destes professores e a

cada vogal elegível as mesmas listas, com excepção da que tiver o nome desse vogal;

3.º Cada votante lançará em cada uma urna uma só lista com o nome do professor preferido e descarregará noutra as restantes listas;

4.º Proceder-se há em seguida ao escrutínio, considerando-se eleito o professor que houver obtido, pelo menos, dois terços dos votos;

5.º Não sendo atingida neste primeiro escrutínio a votação requerida por algum dos vogais elegíveis, far-se-ão votações sucessivas na mesma sessão, ou em sessões subsequentes, até recair sobre um nome a votação mínima anteriormente designada.

De todos os escrutínios se fará menção na acta.

6.º Terminada a eleição, será enviada ao Governo a proposta para a nomeação do director eleito.

Art. 204.º Compete ao secretário dos Conselhos de Professores, como secretário do Conselho Escolar, dirigir os serviços de Secretaria a seu cargo e especificadamente:

1.º Lavrar as actas das sessões do Conselho;

2.º Fazer as minutas da correspondência que lhe fôr incumbida pelo Conselho e, nomeadamente:

a) Informar todos os meses os alunos: das suas faltas, aproveitamento e comportamento, consoante forem apurados em Conselho, e enviar igual informação às respectivas famílias;

b) Avisar, nos casos de perda de ano, os alunos interessados para os efeitos do disposto no artigo 91.º e seus parágrafos.

3.º Transmitir à Secretaria da Escola as resoluções tomadas em Conselho e que devem ser cumpridas pela mesma Secretaria;

4.º Enviar à Secretaria da Escola os elementos necessários para a organização das cadernetas das aulas e dos trabalhos práticos;

5.º Enviar à Secretaria da Escola a nota do apuramento mensal das faltas dos professores que houverem de ser descontadas nas respectivas folhas de vencimentos;

6.º Dirigir a elaboração dos horários e das faltas de exames aprovadas pelo Conselho;

7.º Ordenar o expediente das matrículas e termos de exames;

8.º Passar as certidões e as cartas autorizadas por despacho do director;

9.º Arquivar todos os documentos que digam respeito à Secretaria do Conselho e manter sempre em dia os respectivos livros.

Art. 205.º Os livros da Secretaria do Conselho, destinados à escrituração dos serviços respectivos, são os seguintes:

1.º Livro das actas do Conselho Escolar.

2.º Livro de registo da correspondência expedida.

3.º Livro de registo da correspondência recebida.

4.º Livro de registo da legislação respectiva do ensino agrícola.

5.º Livro de matrículas, passagens de ano e exames.

6.º Livro de registo da frequência mensal e das penalidades.

7.º Livro de registo de cartas do curso médio agrícola e do curso de regente normalista.

8.º Os demais livros que venham a ser necessários.

SUBSECÇÃO II

Conselho Técnico — Serviços de secretaria

Art. 206.º São applicáveis ao funcionamento do conselho técnico, constituído nos termos do artigo 138.º as disposições consignadas nos artigos 190.º a 201.º

Art. 207.º Assistirá às reuniões do Conselho técnico

o professor chefe da secção do ensino geral, sempre que se trate de assunto que à sua secção diga respeito.

§ único. Este professor não intervém nas votações.

Art. 208.º Compete ao Conselho técnico:

1.º Tratar em geral de todas as questões que digam respeito à exploração e administração da escola e propor superiormente quanto entender dever contribuir para o crédito da mesma nesta matéria.

2.º Dar parecer sobre os assuntos em que fôr consultado pelas estações superiores ou pela Direcção da Escola.

3.º Organizar anualmente o plano geral da exploração da escola, equilibrando os diferentes serviços das secções por maneira a dar aos alunos uma idea exacta do conjunto económico duma administração rural.

4.º Fazer a distribuição por todos os serviços das receitas destinadas ao custeio da Escola, tendo em vista as necessidades e os recursos de cada secção e as disposições do decreto com força de lei de 16 de Maio de 1911 e do seu regulamento.

5.º Determinar, em conformidade com as disposições legais, os géneros ou artigos que devam ser adquiridos por concurso público.

6.º Propôr ou resolver as vendas que tenham de ser feitas em hasta pública, tendo em vista o que dispõe o decreto com força de lei de 16 de Maio de 1911 e do seu regulamento.

7.º Dirigir o regular todos os autos das arrematações.

8.º Autorizar o regular as vendas não compreendidas no n.º 6.º, bem como as trocas, e organizar as tabelas dos preços para venda dos produtos da exploração, quer a empregados da Escola, quer a estranhos.

9.º Dar autorização ou pedi-la superiormente, nos termos do decreto com força de lei de 16 de Maio de 1911, para a realização das compras propostas pelos chefes de secção.

10.º Verificar e regular a organização dos inventários e estabelecer as bases da escrituração.

11.º Apreciar os resumos do movimento mensal dos diferentes serviços da Escola, apresentados pela direcção, e quaisquer documentos relativos que o director apresente ou de que o Conselho, por qualquer dos seus membros, deseje tomar conhecimento.

12.º Consultar sobre o empréstimo de artigos da alfaia agrícola a que se refere o n.º 12.º do artigo 217.º

13.º Resolver sobre a substituição temporária, durante os seus impedimentos legais, dos chefes de secção, técnicos-auxiliares, empregados de administração e empregados menores de carácter permanente.

14.º Fixar casas de residência na Escola ao pessoal que, por lei, a essa residência seja obrigado.

15.º Resolver sobre as propostas a fazer ao Governo acerca das penalidades a aplicar ao pessoal subalterno e menor que não caibam na alçada do director e dos chefes de secção.

16.º Fazer a proposta de confirmação dos professores do grupo técnico e pedagógico.

17.º Constituir-se em júri nas condições do artigo 103.º para os exames do 7.º ano do curso médio agrícola.

18.º Retornar, findos os exames, para classificar os alunos examinados;

19.º Deliberar sobre tudo que diga respeito às excursões de carácter acentuadamente profissional, nos termos deste decreto;

20.º Organizar os programas dos concursos para admissão do pessoal, nos termos deste decreto;

21.º Nomear as delegações para os júris dos concursos do pessoal de administração;

22.º Escolher, para o efeito do contrato, o pessoal menor permanente, o administrativo e técnico auxiliar;

23.º Atestar, sob proposta dos chefes de secção, da competência dos operários rurais a que se refere o n.º 3.º do artigo 4.º deste decreto;

24.º Nomear os júris dos exames a que se refere o § 1.º do artigo 4.º d'este decreto e atestar dos resultados destes exames;

25.º Propor superiormente, em cada ano, o professor ou professores que devam realizar as excursões de estudo ao estrangeiro de que trata o artigo 215.º, fazendo acompanhar a proposta do programa dessas excursões;

26.º Designar os funcionários que hão-de acumular com as suas as funções de encarregado do cofre.

Art. 209.º Compete ao secretário do Conselho de professores, como secretário do Conselho Técnico, dirigir os serviços de secretaria a seu cargo e especificadamente:

1.º Lavrar as actas das sessões do Conselho;

2.º Fazer as minutas da correspondência e dos avisos que lhe forem incumbidos pelo Conselho;

3.º Transmitir às entidades interessadas as deliberações tomadas em Conselho, quando este assim o resolve;

4.º Passar as certidões e atestados autorizados por despacho do director;

5.º Apresentar ao director da Escola, nos primeiros dias de cada mês, o resumo do movimento mensal a que se refere o n.º 10.º do artigo 217.º, bem como todos os documentos de receita e despesa a que se refere o n.º 5.º do artigo 233.º;

6.º Enviar à Secretaria da Escola os elementos indispensáveis para que esta possa organizar os processos de materiais e jornais em tempo competente;

7.º Executar e fazer executar os serviços relativos aos concursos de pessoal, nos termos d'este decreto;

8.º Arquivar todos os documentos que digam respeito à secretaria do Conselho e manter sempre em dia os respectivos livros.

Art. 210.º Os livros da secretaria dos Conselhos de professores relativos ao Conselho Técnico e destinados à escripturação dos serviços respectivos, são os seguintes:

1.º Livro de actas do Conselho Técnico;

2.º Livro de registo da correspondência expedida;

3.º Livro de registo da correspondência recebida;

4.º Livro de registo dos pontos para as provas do concurso dos professores dos grupos técnico e pedagógico;

5.º Livros de termos dos actos de concursos dos professores dos grupos técnico e pedagógico;

6.º Livros das actas dos júris dos concursos a que se refere o número anterior;

7.º Livro de registo de certidões e atestados;

8.º Livro de registo de cartas de curso de regentes especializados;

9.º Livro de registo de editais, avisos, anúncios e quaisquer ordens avulsas;

10.º Livro de inventário geral e do cadastro da propriedade;

11.º Os demais livros que venham a ser necessários.

Art. 211.º Na secretaria dos Conselhos de professores haverá o selo branco da República e o selo próprio da secretaria, os quais serão guardados pelo secretário para autenticar os documentos por ele expedidos.

Art. 212.º Na secretaria dos conselhos de professores prestará serviço o pessoal da Secretaria da Escola que o Conselho determinar.

SECÇÃO II

Professores

Art. 213.º Compete aos professores duma maneira geral:

1.º Desempenharem-se do ensino e cumprir e fazer cumprir, sob sua directa responsabilidade, independentemente de ordem superior, os demais serviços a seu cargo.

2.º Tomar parte nos conselhos de professores, nos termos d'este decreto, e aí propor tudo quanto entendam dever contribuir para o crédito da escola;

3.º Tomar parte nos júris dos exames e concursos nos termos d'este decreto;

4.º Enviar mensalmente, à secretaria dos conselhos de professores, as notas das suas faltas;

5.º Enviar mensalmente, à secretaria dos conselhos de professores, as notas das faltas dos alunos.

6.º Combinar todas as semanas, em reunião presidida pelo director, a distribuição dos alunos pelos trabalhos práticos na semana seguinte.

7.º Comunicar à direcção da Escola, por intermédio do professor regente, as infracções disciplinares dos alunos.

8.º Comunicar à direcção qualquer impedimento que os obrigue a interromper temporariamente a regência das suas disciplinas ou a direcção de qualquer serviço a seu cargo.

9.º Fornecer, na parte que lhes cabe, os elementos necessários à elaboração do anuário da Escola.

Art. 214.º Os professores poderão, fora do horário regulamentar, realizar nas Escolas conferências sobre qualquer assunto técnico ou de educação geral, com o fim de habituarem os alunos a este género de propaganda e de lhes inculcitar conhecimentos mais minuciosos sobre qualquer problema interessante à região em que a escola exista, ou observado nas excursões, ou lido em revistas ou obras especiais modernas.

§ único. Poderá facilitar-se a indivíduos estranhos às escolas o realizar nelas conferências sobre assuntos que interessam à educação e instrução geral ou profissional dos alunos.

Art. 215.º O Governo poderá facultar aos professores das Escolas Nacionais de Agricultura excursões de estudo no estrangeiro, sob proposta do Conselho técnico respectivo.

§ único. O professor incumbido de ir ao estrangeiro em missão de estudo, deverá apresentar no prazo máximo de quatro meses, depois do regresso, um relatório ao Conselho técnico respectivo, que o enviará ao Governo, por cópia.

SUB-SECÇÃO I

Professores técnicos

Art. 216.º Compete em especial aos professores técnicos, como professores de ensino técnico:

1.º Reger as disciplinas da sua cadeira segundo o programa aprovado em Conselho Escolar, orientando-se os processos de ensino em harmonia com os artigos 55.º a 59.º d'este decreto.

2.º Reger todas as disciplinas do grupo técnico, temporariamente vago pela nomeação do director.

3.º Substituir durante os seus impedimentos legais qualquer professor técnico ou o professor do grupo pedagógico, recebendo por isso a cota parte do quinto do respectivo vencimento total.

4.º Dirigir os trabalhos práticos, quer no campo quer nos laboratórios e oficinas, coadjuvados pelo pessoal auxiliar da escola.

5.º Elaborar e apresentar ao Conselho Escolar os programas das disciplinas da sua cadeira.

6.º Dirigir as excursões a que se refere o artigo 69.º, § 1.º

7.º Dirigir as instalações que respeitem às disciplinas que ensinarem.

8.º Substituir o director na sua ausência ou impedimento, quando lhes pertença nos termos d'este decreto.

9.º Fornecer os elementos que lhes digam respeito para o anuário da escola.

§ 1.º Ao médico veterinário, professor da zootecnia, higiene pecuária e primeiros socorros veterinários, incumbirá a clínica dos animais existentes no estabelecimento.

§ 2.º As propostas de modificação nos agrupamentos

das disciplinas do que trata o artigo 16.º d'este decreto só têm lugar quando nelas acordem os professores interessados.

§ 3.º Quando se achar vago qualquer grupo de disciplinas, é permitido aos professores técnicos o transitarem para esse grupo, mediante consulta favorável do Conselho Escolar e aprovação superior.

§ 4.º A doutrina do parágrafo anterior não se applica ao professor veterinário e ao seu grupo.

Art. 217.º Compete aos professores técnicos como chefes de secção:

1.º Elaborar os projectos do plano de exploração e apresentá-los em Conselho Técnico;

2.º Dirigir e fiscalizar, sob sua directa responsabilidade e independentemente de ordem superior, os serviços da secção a seu cargo, em absoluta concordância com o plano de exploração, oportunamente aprovado pelo Conselho Técnico;

3.º Dar ao engenheiro agrícola, seu immediato auxiliar, ou a quem suas vezes fizer, as instruções necessárias para o exacto cumprimento do plano de exploração e sobre os processos a seguir nas diferentes operações a executar;

4.º Admitir os jornaleiros que julgar necessários à regular e oportuna execução dos diferentes serviços, bem como despedi-los, quer por serem desnecessários, quer por julgarem inconveniente a sua permanência, sob o ponto de vista do interesse dos serviços ou da disciplina;

5.º Determinar quais os jornaleiros a abranger no disposto no n.º 3.º do artigo 4.º, e dos que deverão iniciar-se nas especializações, para os fins do § 1.º do mesmo artigo, elaborando e submetendo à apreciação do Conselho Técnico as necessárias instruções para ensino dos operários aprendizes;

6.º Verificar as produções das secções e visar as guias de entrega nos armazéns;

7.º Conferir e visar as guias de receita eventual realizada pela secção respectiva;

8.º Propor ao Conselho Técnico a venda ou troca de quaisquer produtos da secção, cujos documentos serão verificados no fim de cada mês, nos termos d'este decreto;

9.º Verificar e visar quaisquer documentos de despesa da sua secção, os quais todos os meses serão apreciados, nos termos d'este decreto;

10.º Mandar entregar na secretaria dos conselhos dos professores, nos primeiros dias de cada mês, para os efeitos dos dois números anteriores, o resumo do movimento mensal da sua secção;

11.º Dar conta por escrito ao Conselho Técnico, e justificação no caso de não cumprimento, no fim de cada ano agrícola, da forma como foi cumprido o plano de exploração, na parte que lhes dizia respeito e das conclusões que, na parte experimental, lhes parecer podem tirar-se;

12.º Autorizar o empréstimo a lavradores da região, ouvido o conselho técnico, de quaisquer alfaias agrícolas privativas da secção, que aos respectivos serviços não façam falta, mediante recibo em que se consigne a responsabilidade pela entrega, em determinada época e em perfeito estado de conservação, das alfaias emprestadas;

13.º Propor ao Conselho Técnico e justificar tudo o que julgarem conveniente, sob o ponto de vista técnico e administrativo, embora importe modificações no plano de exploração;

14.º Substituir qualquer chefe de secção nos seus impedimentos legais, sempre que o Conselho assim o resolver;

15.º Mandar organizar o inventário da respectiva secção e apresentá-lo na secretaria dos conselhos de pro-

fessores durante o mês de Julho, para se organizar o inventário geral;

§ 1.º Cada chefe de secção será civilmente responsável pelas despesas que ordenar e que não mereçam a aprovação do Conselho Técnico.

§ 2.º Em caso de ausência ou de impedimento do professor técnico veterinário, fará o serviço clínico dos animais domésticos do estabelecimento o intendente de pecuária do distrito respectivo, recebendo a competente ajuda de custo.

SUB-SECÇÃO II

Professor do grupo pedagógico

Art. 218.º Compete em especial ao professor do grupo pedagógico:

1.º Reger as disciplinas desse grupo;

2.º Dirigir a escola primária rural a que se refere o § 2.º do artigo 4.º d'este decreto;

3.º Dirigir os trabalhos necessários à iniciação pedagógica;

4.º Organizar e submeter à aprovação do Conselho Escolar os programas e horários relativos ao seu grupo.

5.º Dirigir as visitas dos alunos normalistas a que se refere os artigos 75.º e 76.º d'este decreto;

6.º Acompanhar nas escolas elementares de agricultura os alunos normalistas em tirocínio;

7.º Tomar parte na constituição dos juris de exames e concursos, nos termos d'este decreto, e interrogar, em especial, nos exames dos alunos normalistas.

SUB-SECÇÃO III

Professores contratados

Art. 219.º Compete, dum modo geral, aos professores contratados, além do disposto no artigo 213.º:

1.º Reger as disciplinas a seu cargo, segundo os programas previamente aprovados em Conselho Escolar, sob sua proposta;

2.º Fazer parte do júri dos exames de preparação geral.

Art. 220.º Ao professor de sciências sociais compete em especial:

a) Como professor regente do internato:

1.º Promover, como sua atribuição principal e como especial colaborador da Direcção nesta parte, nos termos do disposto no artigo 45.º e em acção conjunta e com inteiro conhecimento do director, a educação geral dos alunos, guiando-os em todos os actos do viver escolar, e para esse efeito com elles vivendo em comunidade, com habitação e alimentação no colégio;

2.º Como meio de educação, entre outros e especificadamente, promover a realização de conferências, de sessões literárias, de representações, a criação e desenvolvimento da biblioteca dos alunos, e a criação de instituições de solidariedade escolar;

3.º Registrar em livro especial as impressões sobre comportamento, apresentando-as em Conselho Escolar para os fins do n.º 2.º, alínea a) do artigo 204.º e estabelecer duma maneira geral, no que directamente lhe respeite, as relações da Escola com as famílias dos alunos.

b) Como chefe da secção do ensino geral, dirigir os serviços da sua secção, nos termos applicáveis do disposto neste decreto para os professores técnicos, e em especial:

1.º Dirigir os serviços de administração do colégio;

2.º Dirigir os serviços das aulas e biblioteca geral;

3.º Prover, na medida do possível, às necessidades do ensino a seu cargo, do ensino de línguas, do de desenho e trabalhos manuais e da prática de jogos desportivos, dando seguimento às requisições dos respectivos professores.

Art. 221.º Aos professores de línguas estrangeiras compete, em especial:

1.º Ministar aos alunos a prática das línguas respectivas até final do curso, para o que deverão viver em comum com elles, com habitação e alimentação no colégio, onde prestarão ao professor regente todo o auxílio que possam dispensar-lhe;

2.º Dirigir o ensino e prática dos jogos desportivos estrangeiros;

Art. 222.º Ao professor de higiene humana e médico da escola compete:

1.º Consultar sobre os assuntos de higiene escolar, quando solicitado pela direcção ou pelos Conselhos de professores;

2.º Proceder ao exame sanitário periódico dos alunos, de acordo com a direcção, preenchendo a caderneta escolar, cujo modelo será indicado pela Direcção da Instrução Agrícola e informar os professores todas as vezes que reconhecer que algum aluno demanda da parte destes atenção e regime especial;

3.º Fazer a clínica dos alunos e do pessoal residente na escola e prestar os seus serviços médicos e cirúrgicos ao restante pessoal que na escola lhes solicite;

4.º Realizar no gabinete de antropometria, em Novembro e Junho, as medições e estudos necessários para se apreciar, a respeito de cada aluno, o desenvolvimento comparativo das diferentes partes do corpo.

§ único. Ao professor de higiene humana é facultado fazer, no decurso de cada ano lectivo, sempre que o julgue necessário, mas sem prejuizo dos outros serviços escolares, lições ou palestras perante todos os alunos da escola.

Art. 223.º Ao professor de equitação compete:

1.º Ministar, dentro do horário escolar, o ensino de equitação aos alunos dos três últimos anos do curso médio, tendo em vista as necessidades da vida a que o aluno se destina;

2.º Ministar, nas mesmas condições, o ensino de guiar parolhas na condução de máquinas agrícolas aos alunos do mesmo curso, ensinando-lhes o modo de arrear e atrelar os animais e a nomenclatura das peças dos arreios;

3.º Dar aos cavalos existentes na escola o exercício de que necessitem;

4.º Auxiliar os serviços técnicos e administrativos da secção pecuária, como fôr determinado pelo Conselho Técnico.

SECÇÃO IV

Pessoal técnico auxiliar

Art. 224.º Compete aos técnicos auxiliares:

1.º Cumprir e fazer cumprir, sob sua directa responsabilidade, as instruções dos chefes de secção, quer sobre os serviços de exploração, quer sobre os trabalhos práticos dos alunos;

2.º Tomar o ponto aos jornaleiros no começo diário dos trabalhos no local dos serviços e verificar durante o dia a sua permanência;

3.º Dirigir e vigiar, com a maior constância possível, a execução dos diferentes serviços, de modo a serem rigorosamente cumpridas as instruções do chefe de secção;

4.º Distribuir os jornaleiros pelos diferentes serviços conforme as suas aptidões, salvo determinação especial do chefe;

5.º Auxiliar o mesmo substituir o chefe na vigilância e guia dos alunos nos trabalhos práticos;

6.º Dar conhecimento ao chefe de qualquer irregularidade pelos alunos cometida durante os seus trabalhos na secção;

7.º Organizar e assinar a folha de jornais;

8.º Escrever os livros da secção e assinar todos os documentos de receita e despesa;

9.º Propor ao chefe tudo quanto julgar conveniente ao bom andamento dos serviços e à boa ordem dos alunos, práticos, guardas e jornaleiros;

10.º Propor ao chefe o castigo, com desconto ou despedida, de qualquer jornaleiro que por palavras ou acções tenha tentado contra a indispensável disciplina;

11.º Participar ao chefe qualquer falta cometida pelos práticos, guardas ou quaisquer outros serventuários em serviço na secção;

12.º Admoestar qualquer dos seus subordinados;

13.º Fornecer as notas que pelo chefe lhe forem pedidas sobre qualquer serviço da secção;

14.º Dirigir com a maior assiduidade e escrúpulo a educação dos operários rurais e aprendizes;

15.º Providenciar, em caso de urgência, quando o chefe não esteja, sobre qualquer assunto que exija solução imediata;

16.º Desempenhar quaisquer outras funções compatíveis com a sua categoria que lhe sejam cometidas pela direcção ou pelo Conselho técnico, ouvido o respectivo chefe de secção.

§ único. Os técnicos auxiliares não poderão ausentar-se dos serviços sem prévia autorização do chefe respectivo.

Art. 225.º Compete ao técnico auxiliar da secção de oficinas tecnológicas, como encarregado dos serviços de armazéns:

1.º Receber, mediante as competentes guias, todos os produtos e artigos da Escola que tenham de ser vendidos ou armazenados e vigiar pela sua conservação e integridade;

2.º Pedir aos chefes de serviços as instruções de que necessitar para a boa conservação dos géneros e artigos confiados à sua guarda;

3.º Fornecer todos os géneros e artigos que lhe sejam requisitados, quando existentes nos armazéns;

4.º Comunicar ao encarregado do cofre para o efeito do registo imediato de entradas e saídas dos géneros e artigos comprados ou produzidos na escola, e registar por conta própria em livros especiais, que são os mesmos que constam dos números 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 6.º do artigo 234.º, essas saídas e entradas;

5.º Informar os chefes de secção da existência dos géneros nos armazéns, a tempo dos mesmos providenciarem sobre a aquisição de novos fornecimentos;

6.º Organizar e entregar na secretaria do conselho técnico, durante o mês de Julho, o inventário dos géneros dos armazéns;

7.º Fazer o ponto do pessoal jornaleiro que admitir para o serviço dos armazéns, mediante autorização do conselho técnico, e organizar as respectivas folhas de jornais que ao mesmo Conselho serão presentes.

§ único. O encarregado do armazéns não poderá ausentar-se da escola sem prévia autorização do director.

SECÇÃO V

Pessoal de administração

Art. 226.º O pessoal de administração assinará, logo que entre para o serviço, o livro de ponto patente no edificio da secretaria, sendo esse ponto encerrado pelo director ou por quem ele determine.

§ único. Este pessoal não poderá ausentar-se da Escola sem prévia autorização do director.

SUB-SECÇÃO I

Pessoal da Secretaria — Secretaria da Escola

Art. 227.º Compete ao secretário da Escola:

1.º Dirigir e fiscalizar, sob a sua directa responsabilidade, o serviço de secretaria;

2.º Fazer escriturar todos os serviços de contabilidade que lhe competirem;

3.º Escriturar os livros da Secretaria que lhe competirem e fazer escriturar todos os demais pelo pessoal competente.

4.º Fazer processar as fôlhas de vencimento do pessoal;

5.º Conferir todos os documentos de receita e despesa que lhe serão entregues pelo director, verificando se estão formulados segundo os preceitos da contabilidade pública, e se a sua importância está compreendida nas autorizações legais, dando dessa conferência, para os efeitos do n.º 10.º do artigo 188.º, immediato conhecimento ao director, a quem restituirá os referidos documentos;

6.º Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem pedidos sobre o modo de proceder nos assuntos administrativos;

7.º Organizar os processos de jornais e materiais respeitantes à dotação da escola, e às receitas arrecadadas e comunicar em seguida às diversas secções as disponibilidades das respectivas verbas;

8.º Minutar a correspondência que a direcção lhe indicar;

9.º Passar certidões extraídas dos livros em seu poder, quando autorizadas por despacho do director;

10.º Arquivar todos os documentos que digam respeito à secretaria;

11.º Fornecer aos professores, no primeiro dia de aulas, os cadernos de frequência a que se refere o artigo 83.º;

12.º Fornecer aos professores, no primeiro dia de cada mês, os impressos para o registo das suas faltas e para o registo das faltas dos alunos, de que trata o artigo 85.º deste decreto;

13.º Fornecer artigos de expediente ao encarregado do cofre;

14.º Organizar e apresentar na secretaria dos Conselhos de Professores, no mês de Julho, o inventário da secretaria;

15.º Cumprir e fazer cumprir ao pessoal da secretaria as ordens da direcção e as resoluções dos Conselhos de Professores;

16.º Administrar a verba que lhe for distribuída para despesas da Secretaria.

Art. 228.º Compete aos demais funcionários da Secretaria:

1.º Cumprir as ordens que lhe forem dadas pelo secretário;

2.º Desempenhar quaisquer trabalhos de escrituração e contabilidade que lhes sejam determinados;

3.º Substituir nos seus impedimentos o secretário quando lhes pertença.

Art. 229.º Nas secretarias das escolas haverá os seguintes livros:

1.º Livro-mestre ou cadastro pessoal;

2.º Livro de registo de penalidades do pessoal;

3.º Livro de termos de posses;

4.º Livro de registo dos diplomas do pessoal da Escola;

5.º Livro de registo dos processos para aposentação;

6.º Livro de registo da correspondência externa expedida;

7.º Livro de registo da correspondência externa recebida;

8.º Livro de registo da correspondência interna expedida;

9.º Livro de registo da correspondência interna recebida;

10.º Livro de registo de leis, decretos e portarias ou de outras quaisquer disposições que se refiram ao serviço da escola;

11.º Diário;

12.º Razão;

13.º Livro-caixa;

14.º Livro de contas correntes dos diversos se^{os} da escola;

15.º Livro de registo das fôlhas dos ordenados do pessoal da escola;

16.º Os demais livros que forem necessários ou exigidos por lei.

Art. 230.º Os livros referidos nos n.ºs 11.º, 12.º, 13.º e 14.º do artigo anterior, bem como os demais que o director determinar, serão escriturados pelo contabilista.

Art. 231.º Haverá nas secretarias o selo branco da República e o selo próprio das secretarias das escolas que serão guardados pelo secretário, para autenticar os documentos por elle expedidos.

SUB-SECÇÃO II

Pessoal do colégio

Art. 232.º Compete aos ajudantes do regente do internato cumprir e fazer cumprir as ordens do professor regente e em especial:

1.º Conservar sob sua guarda e responsabilidade a mobilia e mais objectos de serviço do colégio que lhes forem entregues por inventário;

2.º Ter em dia a parte da escrituração que estiver a seu cargo;

3.º Participar ao professor-regente todas as ocorrências extraordinárias e indicar-lhe tudo o que julgarem conveniente para a boa ordem dos serviços;

4.º Fiscalizar os serviços de cozinha e rouparia, comunicando ao professor-regente qualquer irregularidade.

§ 1.º Os ajudantes do professor-regente não poderão ausentar-se do serviço sem a sua prévia autorização.

§ 2.º Os ajudantes residirão no colégio e terão a alimentação, quando isso seja determinado pelo Conselho Técnico em razão das necessidades do serviço.

SUB-SECÇÃO III

Encarregado do cofre

Art. 233.º Compete ao funcionário encarregado do cofre pelo conselho técnico, nos termos do regulamento de 14 de Dezembro de 1912:

1.º Apresentar à direcção as requisições externas para serem visadas.

2.º Adquirir todos os artigos que lhe forem requisitados e que não sejam fornecidos por arrematação.

3.º Mandar entregar os artigos requisitados, cobrando recibo dessa entrega.

4.º Registrar as facturas dos artigos adquiridos por compra.

5.º Enviar à secretaria dos conselhos de professores, nos primeiros dias de cada mês, devidamente colecionados, todos os documentos de receita e despesa.

6.º Cobrar e arrecadar todas as importâncias da receita eventual da escola.

7.º Cobrar e arrecadar as importâncias das mensalidades e depósitos dos alunos, segundo as resoluções do conselho técnico.

8.º Organizar e entregar na secretaria dos conselhos de professores, no principio de cada ano económico, o inventário dos objectos da casa da direcção e do respectivo gabinete e da própria instalação.

9.º Escriturar os livros que lhe competirem.

10.º Desempenhar-se de todos os serviços de tesouraria, mediante documentos legalmente competentes.

Art. 234.º Os livros a que se refere o n.º 9.º do artigo anterior são os seguintes:

1.º Livro de entradas dos artigos adquiridos por compra.

2.º Livro de saídas dos artigos adquiridos por compra.

3.º Livro de resumo mensal das entradas e saídas.

- 4.º Livro de requisição de material.
 - 5.º Livro de entradas de produtos da Escola nos armazéns.
 - 6.º Livro de saídas de produtos da Escola nos armazéns.
 - 7.º Livro de registo de facturas.
 - 8.º Livro de guias parciais de receita.
 - 9.º Livro «Caixa» para receitas arrecadadas.
 - 10.º Livro «Caixa» para a dotação da Escola.
 - 11.º Livro de contas correntes com os alunos.
- Art. 235.º Auxiliará nos trabalhos de escrita o encarregado do cofre o funcionário que o Conselho técnico designar.

SECÇÃO IV

Pessoal menor

Art. 236.º O pessoal menor assignará o ponto no livro em que o assinar o pessoal de administração.

Art. 237.º Compete aos guardas de aulas:

- 1.º A arrumação e conservação das aulas, bibliotecas, museus, laboratórios e gabinetes.
- 2.º Prestar todo o auxilio aos professores e técnicos auxiliares na demonstração das lições, quer no campo, quer nas oficinas e laboratórios, desempenhando, em caso de necessidade, e quando seja possível, as funções de preparador.

3.º Auxiliar o professor regente do colégio nos serviços externos da sua secção.

Art. 238.º Compete aos serventes, em geral:

- 1.º Fazer a limpeza das dependências onde prestarem serviço.
- 2.º Cuidar da iluminação das mesmas dependências.
- 3.º Cumprir as ordens que lhe forem dadas pela direcção.

Art. 239.º Compete em especial aos serventes do colégio:

- 1.º Fazer o serviço do refeitório.
- 2.º Ministras os medicamentos e as dietas aos alunos doentes, sob a fiscalização do professor regente ou dos seus ajudantes.
- 3.º Pernoitar no colégio quando lhes for ordenado.
- 4.º Cumprir as ordens que lhes forem dadas pelo professor regente.

Art. 240.º Compete, em especial, ao servente do edificio da Secretaria cumprir as ordens que lhe forem dadas pelos professores e pelo secretário da Escola.

Art. 241.º Compete aos guardas rurais:

- § 1.º Fazer a guarda da propriedade rústica da escola e suas dependências, tanto de dia como de noite;
- 2.º Informar os seus superiores de todas as ocorrências extraordinárias que se verificarem nos serviços respectivos;

3.º Providenciar em casos de força maior, tais como desordens, incêndios e roubos, dando em seguida parte aos seus superiores;

4.º Desempenhar as funções de capatazes ou trabalhadores, segundo as necessidades da secção onde prestarem serviços.

§ 1.º Os guardas rurais prestarão juramento perante o juiz de direito da comarca onde estiver instalada a Escola, para o que serão mandados apresentar, por meio duma guia, pelo director da Escola àquele magistrado.

§ 2.º A data em que for prestado juramento será registada no livro respectivo da Secretaria da Escola.

§ 3.º Os guardas apresentar-se hão sempre ao serviço com os distintivos que lhes serão gratuitamente fornecidos pela Escola, ficando obrigados à sua restituição quando deixarem de exercer o seu cargo.

§ 4.º Os guardas ajuramentados são também guardas campestres e de policia, têm o carácter de agentes da

força pública, podem andar armados e prender em flagrante delicto.

Art. 242.º Compete aos mestres de oficinas:

1.º Comparecer diariamente nas oficinas à hora do ponto dos jornaleiros e executar os trabalhos da sua competência;

2.º Instruir, segundo as indicações do chefe da secção, os alunos que forem distribuidos pelos serviços respectivos;

3.º Conservar sob sua responsabilidade o material da respectiva oficina;

4.º Instruir os aprendizes que o chefe da secção mandar para as oficinas, os quais ficam sob a sua direcção e vigilância;

5.º Cumprir e fazer cumprir as ordens do chefe da secção que lhes sejam transmitidas directamente ou por intermédio dos técnicos auxiliares.

Art. 243.º Compete ao pessoal jornaleiro desempenhar-se dos serviços de que seja encarregado pelo pessoal da secção respectiva.

CAPÍTULO IV

Vencimentos e abonos

Art. 244.º O pessoal do quadro das escolas nacionais de agricultura perceberá os seguintes vencimentos:

Directores:

Além do vencimento que lhes compete como professores técnicos terão a gratificação de 450\$00

Professores do curso técnico e pedagógico:

Vencimento de categoria 1.500\$00
Diuturnidade (a) 125\$00

Professores de sciências sociais e regentes de internato:

Vencimento de categoria 1.320\$00
Diuturnidade 110\$00

Professores de linguas, médicos e professores de higiene humana, professores de desenho e trabalhos manuais:

Vencimento de categoria 900\$00
Diuturnidade 75\$00

Professores de gymnastica, professores de canto coral, professores de equitação:

Vencimento de categoria 700\$00

Professores primários da escola primaria rural anexa:

Vencimento de categoria 600\$00

Técnicos auxiliares:

Vencimento de categoria 680\$00
Vencimento de exercício 160\$00

Secretários:

Vencimento de categoria 900\$00
Vencimento de exercício 180\$00

Oficiais e contabilistas:

Vencimento de categoria 700\$00
Vencimento de exercício 140\$00

Amanuênses:

Vencimento de categoria 600\$00

(a) 5 anos de serviço, até os 20.

Ajudantes do professor regente:	
Vencimento de categoria	540\$00
Práticos vitícolas:	
Vencimento de categoria	400\$00
Guardas de aulas, mestres carpinteiros, mestres serralheiros, mestres ferrado- res:	
Vencimento de categoria	360\$00
Guardas rurais e serventes:	
Vencimento de categoria	300\$00

§ único. Quando se der o caso previsto no artigo 144.º d'êste decreto, e os directores das Escolas Nacionais de Agricultura tiverem de ser estranhos ao quadro de professores das mesmas escolas, terão direito:

a) Se forem professores do Instituto Superior de Agronomia: aos vencimentos de categoria e exercício, que como tais lhes competirem, e ao abôno mensal de quinze dias de ajudas de custo correspondentes à sua categoria, independente daquelas que lhes pertençam quando se ausentarem das escolas em serviço.

b) Se forem engenheiros agrónomos ou engenheiros silvicultores dos quadros oficiais: ao vencimento de professor técnico e ao abôno mensal de doze dias de ajudas de custo correspondentes à mesma categoria, independentemente daquelas que lhes pertençam quando se ausentarem das escolas em serviço.

Art. 245.º Além dos vencimentos a que se refere o artigo anterior, o pessoal das Escolas Nacionais de Agricultura perceberá, por motivo de serviço a mais de 10 quilómetros da sua sede oficial, os seguintes abonos:

Directores e professores dos grupos técnico e pedagógico:	
Ajudas de custo	4\$00
Outros professores, secretários da escola:	
Ajudas de custo	3\$00
Técnicos auxiliares, oficiais de secretaria:	
Ajudas de custo	2\$50
Amanuenses e ajudantes do professor regente:	
Ajudas de custo	1\$50
Práticos vitícolas, guardas de aulas, guardas rurais, mestres de oficinas e serventes:	
Ajudas de custo	1\$00

O subsídio de marcha será de \$08 por quilómetro para todos os funcionários dos quadros das Escolas Nacionais de Agricultura e o transporte em caminho de ferro ou em vapor será de 3.ª classe para os práticos vitícolas, guardas, serventes e mestres de oficinas, de 2.ª classe para os amanuenses e ajudantes do professor regente e de 1.ª classe para os restantes funcionários.

Ao pessoal das escolas com vencimentos inferiores a 540\$00 é applicável o disposto nos artigos 330.º, 331.º e 332.º da organização do Ministério da Agricultura, de 8 de Maio de 1918.

CAPÍTULO V

Situações, licenças, doenças, penalidades e aposentações

Art. 246.º O professor que faltar aos serviços da escola perderá a cota parte do quinto do vencimento total, correspondente ao número de faltas que der.

§ 1.º Exceptuam-se as faltas dadas por motivo de doença própria ou de pessoa de família, por nojo e por serviço judicial obrigatório, quando não se verifique a substituição consignada no n.º 3.º do artigo 216.º e quando essas faltas forem justificadas nas condições do parágrafo immediato, perante o director, dentro do prazo de três dias a contar da primeira falta.

§ 2.º As faltas por doença são justificadas por atestado do médico da escola. Pode porêr qualquer professor justificar até oito faltas, em cada ano, por simples declaração de doença própria ou de pessoa de família, ou por declaração de nojo.

As faltas por serviço judicial obrigatório serão justificadas pela situação recebida.

§ 3.º Se um professor reger duas ou mais aulas por dia e faltar a parte delas, o desconto será da fracção correspondente.

Art. 247.º A parte o que fica disposto no artigo anterior são applicáveis ao pessoal das escolas já existente ou nomeado de futuro as disposições relativas a situações, licenças, doenças, penalidades e aposentações, consignadas no decreto de 8 de Maio de 1918 para o pessoal dependente do Ministério da Agricultura.

Art. 248.º As férias escolares não são applicáveis ao pessoal das escolas, excepção feita para o pessoal docente, cuja saída nas férias será regulada pelo conselho técnico de forma que todas as secções fiquem devidamente assistidas.

TÍTULO VIII

Disposições gerais e transitórias

Art. 249.º É o Governo autorizado a subsidiar com uma pensão, além dos seus vencimentos, os professores técnicos auxiliares das escolas nacionais de agricultura para se aperfeiçoarem em escolas ou estações especializadas estrangeiras.

Art. 250.º As escolas nacionais de agricultura poderão contratar, precedendo autorização do Governo, práticos nacionais ou estrangeiros para determinadas especialidades.

Art. 251.º As mensalidades dos alunos das escolas nacionais de agricultura constituirão receita própria das mesmas escolas.

Art. 252.º É permitido às escolas nacionais de agricultura, uma vez autorizadas superiormente, o contrair com a Caixa Geral de Depósitos empréstimos, cujas anuidades sejam custeadas pelas forças da sua dotação ou pelas suas receitas, para a construção de edificios, melhoramentos fundiários, mobiliário ou gado, sempre que esse encargo não prejudique a vida normal dos estabelecimentos.

Art. 253.º Os Conselhos técnicos, quando o julgarem necessário para auxilio eficaz da educação ou instrução dos alunos, poderão determinar que a qualquer professor seja dada residência e alimentação nos internatos escolares.

Art. 254.º A Estação Zootécnica Nacional fornecerá anualmente a cada escola nacional de agricultura, para o seu posto zootécnico, os cavalos reprodutores, que estas necessitem, até o número de seis, os quais permanecerão nas escolas de Novembro a Junho.

§ 1.º Para sustentação d'êste posto será inscrita na tabela de distribuição de despesa do Ministério da Agricultura, no orçamento de cada escola, a verba especial de 1:200\$, da qual sairá anualmente a quantia necessária para aquisição de arreios e para outras despesas incidentes ao ensino da equitação.

§ 2.º Os postos mencionados neste artigo funcionarão sob a superintendência exclusiva dos directores das escolas.

Art. 255.º Todo o pessoal contratado pela escolas

com autorização do Governo será pago por verbas especiais inscritas no orçamento geral do Estado.

Art. 256.º Emquanto não houver engenheiros-agrónomos ou engenheiros-silvicultores que possuam o diploma do curso de habilitação ao magistério normal primário, secção de sciencias, as nomeações de professores do grupo pedagógico poderão recair em técnicos que não tenham aquele diploma, mas serão sempre interinas.

Art. 257.º O director, os professores técnicos, os técnicos auxiliares, o encarregado do cofre, os guardas de aulas, serventes, os guardas rurais e os tratadores terão, quanto possível, residência obrigatória nas próprias escolas.

Art. 258.º O professor incumbido da regência de todas ou de parte das disciplinas do grupo técnico, temporariamente vago, pela nomeação do director, receberá a gratificação anual de 400\$ ou cota parte respectiva, sem prejuízo do vencimento do director.

§ único. Receberá igualmente a gratificação anual de 400\$ ou a quota parte correspondente o professor que substituir outro, temporariamente, na regência de seu grupo ou de parte dele, devendo-se inscrever anualmente, para este efeito e para o indicado no corpo deste artigo, no Orçamento Geral do Estado, sob a rubrica de «Regências eventuais» a quantia de 1.200\$.

Art. 259.º As escolas nacionais de agricultura têm administração financeira autónoma, de conformidade com o decreto de 16 de Maio de 1911 e regulamento de 14 de Dezembro de 1912.

Art. 260.º Ao empregado que em cada escola auxiliar o professor regente nos serviços externos respeitantes a compras de géneros alimentícios, será paga pelas receitas próprias do estabelecimento a gratificação anual de 25\$ para falhas.

Art. 261.º Ao encarregado do cofre de cada Escola Nacional de Agricultura e ao funcionário que o auxiliar nos serviços de escrita poderá o Conselho técnico arbitrar remunerações mensais não excedentes respectivamente a 12\$ e 6\$, as quais serão pagas pelos fundos destinados ao custeio geral dos estabelecimentos.

Art. 262.º Ficarão pertencendo ao quadro privativo constante do artigo 2.º do decreto 4.385, de 25 de Maio de 1918, mas com ressalva de todos os direitos adquiridos anteriormente à publicação do referido decreto os engenheiros agrónomos, os engenheiros silvicultores e os médicos veterinários que exercerem por nomeação efectiva funções de professores nas Escolas Nacionais de agricultura e farão parte do quadro técnico do Ministério da Agricultura constante do § 5.º do artigo 279.º do decreto n.º 4.249, de 8 de Maio de 1918, os engenheiros agrícolas ou agricultores diplomados que exercerem por nomeação efectiva funções de técnicos auxiliares ou outras nas mesmas escolas.

§ 1.º O ingresso e as promoções dos engenheiros agrícolas ou agricultores diplomados no quadro, são independentes dos vencimentos nas escolas, ocupando sempre estes funcionários, nas suas classes, as alturas que lhe competirem, como se no quadro prestassem serviço.

§ 2.º Os técnicos auxiliares exercerão os seus cargos nas escolas, na situação de actividade fora do quadro, terão direito, mediante as formalidades legais, a ir ocupar os seus lugares no referido quadro, quando lhes convier, deixando neste caso vaga nas escolas e só havendo direito, no quadro a que regressarem, aos vencimentos das classes a que pertencerem; e tanto estes funcionários como os professores que forem engenheiros agrónomos, engenheiros silvicultores ou médicos veterinários, só poderão ser transferidos por faltas graves no exercício das suas funções, ou por seu pedido; e não poderão ser destituídos dos seus cargos senão nos casos em que podem sê-lo funcionários de serventia vitalícia.

§ 3.º Aos funcionários que fazem parte do quadro privativo dos serviços de instrução agrícola, quando nomeados definitivamente, é garantida a totalidade dos vencimentos a que se refere o artigo 244.º, bem como a aposentação, nos termos do decreto n.º 1, de 17 de Julho de 1886, na parte aplicável.

Art. 263.º Farão parte dos quadros do pessoal administrativo, a que se refere o § 8.º do artigo 279.º do decreto de 8 de Maio de 1918, os secretários, os oficiais, os contabilistas, os amanuenses e os ajudantes do professor regente das escolas nacionais de agricultura, considerando-se para este efeito equivalentes a categoria de amanuenses e a de terceiro oficial, e a categoria de ajudantes do professor regente e de aspirante.

Art. 264.º Ao quadro do pessoal auxiliar a que se refere o § 7.º do artigo 279.º do decreto de 8 de Maio de 1918 ficarão pertencendo todos os professores de ensino geral depois de nomeados definitivamente para os seus cargos e nas mesmas condições os práticos vitícolas, os guardas de aulas, os guardas rurais, os serventes e os mestres de oficinas das escolas nacionais de agricultura, considerando-se esse quadro acrescido das denominações que a este pessoal cabem nas escolas e do número dos funcionários de cada nova rubrica.

§ único. Os guardas agrícolas do quadro do Ministério da Agricultura nomeados guardas rurais das escolas Nacionais de Agricultura poderão regressar ao quadro de guardas agrícolas, quando lhes convier, deixando, neste caso, vaga nas escolas.

Art. 265.º São colocados nos lugares ou comissões que presentemente exercem, com as denominações e vencimentos estabelecidos neste decreto e com a garantia de direitos adquiridos, todos os funcionários fixos da Escola Nacional da Agricultura de Coimbra, aos quais se refere o artigo 142.º, § 1.º, deste decreto.

Art. 266.º São colocados definitivamente nos cargos que actualmente exercem, com os vencimentos constantes deste decreto, todos os professores de nacionalidade portuguesa, que têm prestado serviço por contrato na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, por assim o merecerem, em razão do zelo e competencia demonstrados.

Art. 267.º Aos professores estrangeiros que por contrato têm servido na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra é permitido o continuarem a exercer as funções dos seus cargos, sem necessidade de renovação dos títulos do último contrato, cujas clausulas, exceptuada a que fixa os vencimentos, serão observadas até modificação ou anulação por iniciativa de qualquer das partes.

§ único. A estes professores serão pagos os vencimentos consignados neste decreto.

Art. 268.º O pessoal da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra a que se referem os artigos 265.º e 266.º e que não se ache incluído nos quadros dos serviços do Ministério da Agricultura ingressará imediatamente nesses quadros, de harmonia com o disposto nos artigos 262.º, 263.º e 264.º

Art. 269.º Ao pessoal da mesma escola mencionado nos artigos 265.º, 266.º e 267.º serão pagos os novos vencimentos estabelecidos por este decreto a partir de 1 de Abril de 1919.

Art. 270.º É mantida para os alunos que, à data do presente decreto, se acham matriculados na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, a annuidade constante do decreto orgânico de 18 de Novembro de 1911.

Art. 271.º É mantida para os mesmos alunos a concessão sobre concertos de calçado e do uniforme estabelecida pelo artigo 27.º do decreto de 18 de Novembro de 1911.

Art. 272.º Os alunos da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra que no fim da presente epocha obtiveram passagem no primeiro ano e os alunos dos anos ime-

diatos concluirão o seu curso pelo regime do decreto de 18 de Novembro de 1911 e respectivo regulamento, sendo-lhes garantidos todos os direitos que as leis lhes conferem.

Art. 273.º Serão feitas por nomeação do Governo, sob proposta do Conselho de Instrução Agrícola, as primeiras nomeações para a Escola Nacional de Agricultura de Évora, e para as que de futuro venham a estabelecer-se.

Art. 274.º As vagas existentes ou que venham a ocorrer na Escola Nacional da Agricultura de Coimbra serão preenchidas nos termos das disposições deste decreto sobre admissão do pessoal.

Art. 275.º No Orçamento Geral do Estado serão inscritas as verbas que forem julgadas necessárias para novas construções na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra e para o custeio dos seus serviços incluindo 500\$00 para excursões de professores ao estrangeiro e 800\$00 para excursões de professores e alunos no país.

Art. 276.º São alterados, pelo presente diploma, emquanto não se procede às respectivas reorganizações, os vencimentos, ajudas de custo e abonos do pessoal, actualmente em serviço ou a nomear, de todas as restantes escolas de ensino secundário e elementar, dependentes da Direcção da Instrução Agrícola, nos termos seguintes:

1) Escola Técnica Secundária de Agricultura, em Santarém:

Director, além do vencimento que lhe compete como professor, terá a gratificação annual de	400\$00
Professores técnicos:	
Vencimento de categoria	1.350\$00
4 diuturnidade, de 5 anos a 112\$50	450\$00
Técnicos auxiliares:	
Vencimento de categoria	680\$00
Vencimento de exercício	160\$00
Prático Agrícola:—Vencimento de categoria	400\$00
Chefe de expediente e contabilidade:	
Vencimento de categoria	680\$00
Vencimento de exercício	160\$00
Amanuenses:—Vencimento de categoria	540\$00
Fiel de armazém:	
Vencimento de categoria	600\$00
Vencimento de exercício	120\$00
Servente:—Vencimento	300\$00
Mestre serralheiro e mestre carpinteiro.—	
Vencimento de categoria	360\$00
Guardas rurais.—Vencimento de categoria	300\$000
Médico.—Vencimento de categoria	500\$00

§ 1.º Ao director e aos professores das escolas dependentes da Direcção da Instrução Agrícola são garantidos os seus actuais vencimentos, nos termos do decreto n.º 3:863, de 20 de Fevereiro de 1918, bem como as diuturnidades correspondentes ao térço dos mesmos vencimentos, quando sejam superiores aos estabelecidos neste artigo.

§ 2.º São garantidos ao pessoal das escolas dependentes da Direcção da Instrução Agrícola, além das respectivas diuturnidades, os vencimentos a que, pela sua

categoria, tenha direito nos quadros do Ministério da Agricultura, quando esses vencimentos sejam superiores aos consignados neste ou noutros diplomas em vigor.

§ 3.º Além dos vencimentos acima indicados, o pessoal da Escola Técnica Secundária de Agricultura, em Santarém, bem como o das escolas de ensino elementar, perceberá, por motivo de serviço a mais de 10 quilómetros da sua sede official, os seguintes abonos:

Directores e professores.—Ajudas de custo	4\$00
Técnicos auxiliares.—Ajudas de custo	2\$50
Práticos, guardas das aulas, guardas rurais, mestres de oficinas e serventes.—Ajudas de custo	1\$00

O subsídio de marcha será de \$08 por quilómetro para todos os funcionários e o transporte em caminho de ferro ou em vapor será de 3.ª classe para os práticos, guardas, serventes e mestres de oficina; de 2.ª para os amanuenses e de 1.ª para os restantes funcionários.

2) Escolas de Ensino Elementar (Escola Prática de Agricultura de Queluz, Escola Prática de Agricultura «Conde de S. Bento», em Santo Tirso, Escola Profissional de Arboricultura e Horticultura «Macedo Pinto», em Tabuaço, e Escola Profissional de Pomicultura e Viticultura «Matos Souto», na Ilha do Pico):

Director, além do vencimento que lhe compete como professor, terá a gratificação annual de	300\$00
Professores técnicos, engenheiros agrónomos:	
Vencimento de categoria	1.200\$00
4 diuturnidades de 5 anos a 100\$	400\$00
Adjuntos, além do respectivo vencimento de professor técnico, a gratificação annual de	150\$00
Professores, quando engenheiros agrícolas, regentes ou agricultores diplomados:	
Vencimento de categoria	840\$00
Gratificação do direcção ao sub-director da Escola de Tabuaço	60\$00
Gratificação de direcção ao sub-director da Escola da Ilha do Pico	60\$00
Técnicos auxiliares:	
Vencimento de categoria	600\$00
Vencimento de exercício	120\$00
Professores primários:	
Vencimentos de categoria	600\$00
Chefe de expediente e contabilidade da Escola de Queluz:	
Vencimento de categoria	600\$00
Vencimento de exercício	120\$00
Ecónomo da Escola de Santo Tirso:	
Vencimento de categoria	600\$00
Vencimento de exercício	120\$00
Fiel de armazém da Escola de Queluz:	
Vencimento de categoria	600\$00
Vencimento de exercício	120\$00
Amanuenses—Vencimento de categoria	540\$00
Escriturários—Vencimento de categoria	540\$00

Prefeitos—Vencimento de categoria	540\$00
Médicos—Vencimento de categoria	500\$00
Mestres serralheiros e carpinteiros—Venci- mento de categoria	360\$00
Guardas rurais e serventes—Vencimento de categoria.	300\$00

§ 3.º Quando o director seja professor doutra escola e nela continue a exercer o professorado terá pela escola da sua direcção apenas a gratificação de 600\$;

§ 4.º Em relação ao pagamento dos vencimentos do

peçoal das escolas enumeradas neste artigo applica-se o que dispõe o artigo 269.º da presente reorganização.

Art. 277.º O encargo resultante deste decreto será incluído no orçamento do Ministério da Agricultura para o ano económico de 1919-1920.

§ único. O excesso de despesa que, em virtude do presente diploma, se verifica no actual ano económico será satisfeito pelas disponibilidades existentes, no referido ano, nos quadros do pessoal dependente da Direcção da Instrução Agrícola, abrindo-se um crédito especial caso essas disponibilidades sejam insufficientes.

Paços do Governo da República, 10 de Maio de 1919.—
O Ministro da Agricultura, *Jorge de Vasconcelos Nunes*.